

# alameda

ARQUEOLOGIA • PATRIMÓNIO • HISTÓRIA LOCAL

ESPECIAL Pág. 99

## PATRIMÓNIO E ASSOCIATIVISMO

EXPLORAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SADO Pág. 14

SOBRE A VARIABILIDADE DA CULTURA MATERIAL Pág. 69

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARRENTELENSE Pág. 125



REPORTAGEM Pág. 77

**INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA**  
entrevista com João Zilhão e comentários à nova Lei Orgânica



	<i>Jorge Raposo</i>	<b>4</b>	Editorial
	<i>Luís Raposo &amp; João Luís Cardoso</i>	<b>5</b>	Trabalhos Arqueológicos no Sítio do Paleolítico Médio da Conceição
	<i>Françoise Mayet &amp; Carlos Tavares da Silva</i>	<b>14</b>	Exploração Arqueológica do Sado
	<i>Carla Alves Fernandes &amp; Filipa Jorge Neta</i>	<b>19</b>	Povoados da Idade do Ferro do Alandroal: uma aproximação espacial - I
	<i>Paula Félix</i>	<b>33</b>	O Final da Idade do Bronze no Médio Tejo: Quinta da Pedreira
	<i>Carlos Fabião, José Norton &amp; João Luís Cardoso</i>	<b>38</b>	O Recinto Fortificado Romano de Casa Branca
	<i>João M. Peixoto Cobreá</i>	<b>43</b>	Caracterização de Materiais Arqueológicos: II. materiais artificiais
	<i>António Carlos Silva</i>	<b>55</b>	Arqueologia no Alquevo: um desafio dos arqueólogos portugueses
	<i>Carlos Fabião</i>	<b>59</b>	Duas Notas sobre Ânforas Lusitanas
	<i>Jorge de Alarcão</i>	<b>69</b>	Sobre a Variabilidade da Cultura Material
	<i>Luís Raposo</i>	<b>72</b>	Arqueologia em França: Uma Experiência Cheia de Ensinos
	<i>Jorge Raposo</i>	<b>77</b>	Instituto Português de Arqueologia: entrevista com João Zilhão



**Comentários de:**  
 • José Morais Arnaud • António Manuel Silva • Victor S. Gonçalves • António Carlos Silva •  
 • Vítor Oliveira Jorge • Luís Raposo • Francisco Sande Lemos • Jorge Raposo •

**Especial**  
**AL SOCIATIVISMO** **99**

*Jorge Raposo* **100** Património e Associativismo

Participações de:

- Elisabete Gonçalves • Centro do Património da Estremadura •
- Vítor Oliveira Jorge • Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto •
- Mário Nunes • Grupo de Arqueologia e Arte do Centro •
- Associação de Arqueologia da Amadora •
- Jorge Raposo • Centro de Arqueologia de Almada •



*Júlio Manuel Pereira* **121** Arqueologia e Associativismo



*Graça Filipe* **125** Antiga sede da Sociedade Filarmónica União Arentelense

*Leonardo Charréu* **132** Apontamentos de glifografia portuguesa: Siglas Medievais de Estremoz

*Mária Fernandes* **139** Documentos relativos à história de Almada: *As Febres Intermitentes de 1829*

*Deolinda Falgado* **145** Organização da reserva de Arqueologia-Património Industrial do IPPAR

150 Livros 158 Actividade científica 162 Actividade arqueológica 172 Notícias 183 Cartoonlábio 186 Dos jornais

**N**o que ao âmbito desta publicação diz respeito, a criação das carreiras relacionadas com o desempenho da actividade arqueológica na função pública e o aparecimento do Instituto Português de Arqueologia, no quadro de uma ampla reformulação orgânica do Ministério da Cultura que envolveu também o IPPAR e o IPM, constituem, sem dúvida, factos marcantes do ano em curso.

Se o primeiro corresponde a uma aspiração generalizada e de há muito manifesta, já o segundo deu origem a um debate, por vezes bastante extremado, e culminou na saída de uma legislação em cuja defesa, para além dos seus promotores, poucos se empenharam. O contexto em que se desenrolou todo este processo e uma apreciação, necessariamente datada, da estrutura, atribuições, competências e futura capacidade de intervenção do novo Instituto são o tema de uma desenvolvida reportagem, onde se dá voz a João Zilhão, presidente do IPA, mas também a um conjunto de arqueólogos que, a título individual ou em representação de organismos académicos, científicos ou profissionais, manifestam posições que vão do cepticismo moderado à oposição mais ou menos radical.

Será certamente um contributo a ter em conta para que se entendam os desenvolvimentos posteriores que esta questão venha a registar.

Todavia, para além do funcionalismo público e dos (ainda poucos) profissionais liberais, a prática arqueológica portuguesa não dispensa uma significativa componente de voluntariado, materializada nos programas de ocupação de jovens desenvolvidos pelo Instituto Português da Juventude e por diversas autarquias, mas também no funcionamento de dezenas de associações abertas à participação cívica na identificação, estudo, preservação e divulgação de um número crescente de elementos "identitários" a que se atribui valor "patrimonial". Consequência directa da democratização da sociedade portuguesa, esse movimento associativo atingiu um ponto alto nos finais da década de 70 e inícios da seguinte, mas atravessa de há muito uma fase de recessão, procurando novos caminhos que importa analisar. Para o efeito, *Al-madan* apresenta nesta edição os resultados de um inquérito que promoveu à escala nacional e que nos dá a imagem possível, em termos quantitativos e qualitativos, da distribuição no terreno das denominadas "associações de defesa do património", da sua estrutura, valências e recursos, constituindo-se em matéria de reflexão e debate para todos os interessados nesta matéria.

Por fim, porque a transformação de qualquer disciplina científica implica o relacionamento dialéctico entre uma prática e um corpo teórico que a enquadre e com ela se enriqueça, as páginas desta revista tomam públicos alguns dos mais recentes trabalhos arqueológicos promovidos no nosso país e acolhem ainda estimulantes reflexões epistemológicas e metodológicas sobre as condições de análise da cultura material, nomeadamente no que concerne aos métodos classificatórios e ao estabelecimento de tipologias. Mantendo as características essenciais de um projecto editorial que se pretende transdisciplinar, incentiva-se também o indispensável diálogo com outras áreas do saber, da Arqueometria à História e Arquitectura, e actualizam-se informações sobre novidades editoriais, reuniões científicas e outros eventos, criando-se ainda um espaço de apoio à exploração das potencialidades que se abrem com o recurso a um meio tão poderoso quanto a Internet.

É, pois, um novo e diversificado conjunto de colaborações que agora se disponibiliza para reflexão crítica dos nossos leitores.

Jorge Raposo



CAPA: ilustração de José Santos.

*Al-madan* • IIª Série, nº 6 • Outubro 1997

Propriedade: Centro de Arqueologia de Almada • Apartado 603 (PRAGAL) • 2801 ALMADA CODEX • Tel./Fax: (01) 276 69 75 • E-mail: c.arqueol.alm@mail.telepac.pt  
 Registo de Imprensa: 108998 ISSN: 0871-066X Depósito Legal: 92457/95 Director: Jorge Raposo Conselho Científico: Amílcar Guerra, António Nabais, Luís Raposo, Carlos M. da Silva e C. Tavares da Silva Redacção: Ana Luísa Duarte, Elisabete Gonçalves, Jorge Raposo, Armando Sabrosa e Francisco Silva

Colaboram neste número: Míla S. de Abreu, Jorge de Alarcão, Maria J. Almeida, Maria T. Araújo, José M. Arnaud, Nuno F. Bicho, J. Peixoto Cabral, João L. Cardoso, António Carvalho, Leonardo Charréu, Jorge Custódio, José d'Encarnação, Carlos Fabião, Paulo Félix, Carla Fernandes, Isabel C. Fernandes, Mário Fernandes, Graça Filipe, Deolinda Folgado, Victor S. Gonçalves, Fernando Henriques, Vítor O. Jorge, F. Sande Lemos, João A. Marques, Françoise Mayet, Filipa Neto, José Norton, Mário Nunes, Luís Pequito, Júlio Pereira, Isabel Pinto, Salette da Ponte, Luís Raposo, Paulo Espírito Santo, Vítor Santos, António C. Silva, António M. Silva, Carlos T. da Silva, Eduarda M. da Silva, Joaquina Soares, Ana P. do Vale e João Zilhão

Apoio Administrativo: Ana Valente Tradução: Luís Gouveia e Luísa Pinho (inglês) e Maria Isabel Santos (francês)

Modelo Gráfico: Jorge Raposo e Paulo Buchinho Paginação electrónica: Jorge Raposo Ilustração: Jorge Raposo e Vera Almeida Cartoon: José Santos

Revisão: Ana L. Duarte, Elisabete Gonçalves, Fernanda Lourenço, Maria José Pinto e Francisco Silva

Fotolito: Roseta Impressão: Tipografia Lugo Tiragem: 2 500 exemplares Periodicidade: Anual

Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Português da Juventude, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Câmara Municipal do Seixal, Câmara Municipal de Almada e Região de Turismo de Setúbal



• SOLICITA-SE PERMUTA •

• ON PRIE L'ECHANGE • EXCHANGE WANTED • SOLICITIAMO SCAMBIO •

# Especial A SOCIATIVISMO

Com raízes nas últimas décadas do século passado, a sensibilização para as questões relacionadas com o “património” atinge sectores crescentes da sociedade portuguesa, acompanhando o alargamento do campo de aplicabilidade que o conceito vem conhecendo. A partir de Abril de 1974 e até aos primeiros anos da década seguinte, o movimento associativo para a defesa do património congrega dezenas de associações que desenvolvem actividades e adquirem uma visibilidade que, salvo raras excepções, pouco têm a ver com a fase algo incaracterística que hoje atravessa — não se sabe bem quantas associações desenvolvem actividade regular, com que valências, representatividade e recursos, situação que conduz à total ausência de coordenação em torno de objectivos comuns. A redacção de *Al-madan* decidiu, por isso, promover um inquérito de âmbito nacional que permitisse responder às questões colocadas, reunindo e comentando uma base de dados que agora se coloca ao dispor dos leitores interessados. Como complemento, algumas associações foram convidadas a abordar de forma mais detalhada o seu historial, actividades e projectos. Infelizmente, não foi possível assegurar todas as colaborações previstas, perdendo-se principalmente o enquadramento histórico num passado recente, que permitiria compreender melhor a realidade hoje analisável.



JORGE RAPOSO • PATRIMÓNIO E ASSOCIATIVISMO • p. 86

participações de

- ELISABETE GONÇALVES • CENTRO DO PATRIMÓNIO DA ESTREMADURA • p. 90
- VÍTOR OLIVEIRA JORGE • GRUPO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO PORTO • p. 92
- MÁRIO NUNES • GRUPO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DO CENTRO • p. 94
- ASSOCIAÇÃO DE ARQUEOLOGIA DA AMADORA • p. 96
- JORGE RAPOSO • CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA • p. 98

JÚLIO MANUEL PEREIRA • ARQUEOLOGIA E ASSOCIATIVISMO • p. 107

## ABSTRACT

The article presents the results of an inquiry promoted by *Al-madan* and answered by several Portuguese associations working on Cultural Heritage, more specifically in the field of Archaeology.

An inventory of their territorial distribution is presented, as well as a characterization of their structures and composition, a specification of their facilities, human and financial resources and activities developed.

## RÉSUMÉ

Résultats d'une enquête promulguée par la rédaction de *Al-madan* sur les associations qui développent au Portugal une activité dans le domaine du Patrimoine Culturel et, particulièrement, dans le cadre du patrimoine archéologique.

Une fois inventoriée la répartition sur le territoire, on définit également leur structure et composition, tout comme les ressources physiques, humaines et financières, ainsi que les activités développées.

# PATRIMÓNIO E ASSOCIATIVISMO

por Jorge Raposo (\*)

## 1. Introdução

**T**ratar a actividade associativa na área do “património” implica, desde logo, enfrentar a dificuldade de delimitação de um conceito que, no plano do senso comum e do discurso científico, vem adquirindo um campo de aplicação cada vez mais diversificado.

A manipulação, em variantes praticamente infinitas, deste processo de crescente “patrimonialização” de contextos até há pouco arredados da dignidade de símbolos “identitários”, individual e colectivamente reconhecidos e partilhados, não pode, pois, ser desligada de um tempo histórico preciso, constituindo-se em fértil campo de estudo para as ciências sociais e humanas.

Ao envolver uma interacção, embora desigual, entre todos e cada um dos elementos de determinado grupo e o meio social e físico que o envolve, “património” é assim uma construção ideológica a que o poder não é indiferente (até porque frequentemente a usa como elemento de legitimação), mas que se vê impossibilitado de controlar na totalidade.

De facto, do meio ambiente aos monumentos e sítios arqueológicos, da memória oral aos usos e costumes, encontramos na “sociedade civil” múltiplos exemplos de motivação e mobilização em torno dos mais variados temas, levando à organização de grupos e associações de todo o tipo.

Com altos e baixos, este movimento associativo reúne capacidades, envolve recursos e promove actividades que só episodicamente ganham visibilidade

(normalmente pelas piores razões, quando ocorre um dos frequentes atentados que chama a atenção da comunicação social e da opinião pública), sendo inexistentes os indicadores fiáveis para uma avaliação qualitativa e quantitativa da sua importância na sociedade portuguesa dos nossos dias.

Na linha de anteriores edições, foi esta a lacuna que *Al-madan* procurou preencher ao desencadear uma pesquisa de âmbito nacional centrada nas denominadas “associações de defesa do património”, tendo em vista objectivar a sua caracterização, analisar as actividades e clarificar os recursos que permitem a sua realização.

Solicitaram-se também contributos específicos sobre algumas associações, os quais são apresentados em caixas que acompanham o presente texto.

## 2. Identificação do universo a inquirir

Numa primeira tentativa de delimitar o universo de associações a inquirir, constituiu-se uma base de dados que aproveitou a informação já constante dos ficheiros do Centro de Arqueologia de Almada (CAA), bem como os contactos disponibilizados por iniciativas que, de algum modo, interseccionavam a que agora se pretendia promover. É o caso de um inquérito desencadeado em finais de 1996 pela Arqueojovem - Associação para a Preservação do Património Cultural e Natural (Tomar), com carácter na-

(\*) Centro de Arqueologia de Almada.

Na fase de recolha de dados, o presente trabalho contou com a colaboração de Elisabete Gonçalves e Ana Valente.

cional mas objectivos algo diferentes e âmbito de incidência restrito às associações inscritas no Registo Nacional de Associações Juvenis, de que foram divulgados resultados preliminares aquando do 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico (Tomar, 1997) <sup>1</sup>.

Contudo, os dados disponíveis eram visivelmente insuficientes e, nalguns casos, desactualizados, levando-nos a optar por desencadear uma primeira fase de inquérito junto de todas as câmaras municipais do país, solicitando os contactos de associações com intervenção na área do património, mesmo que não fosse essa a sua exclusiva (ou principal) vocação.

Das 303 autarquias contactadas (excluíram-se as de Almada e Seixal, onde conhecemos a realidade no terreno), acabámos por obter resposta de mais de 80%, uma vez que apenas 61 ignoraram o nosso apelo, o que nos permite assumir como representativa a imagem que o poder local faz do movimento associativo que, com as características apontadas, se implanta nas áreas de sua administração.

As câmaras municipais de Pombal, Ourique, Maia e Oliveira de Azeméis fizeram-nos chegar informação útil mas com significativo atraso, pelo que não pôde ser considerada no presente trabalho.

A maior parte das restantes (110 casos, isto é, 36% das inquiridas) comunicou a ausência de associações deste tipo (ou a sua presente “inactividade”, como sucedeu relativamente a Abrantes, Lourinhã ou Angra do Heroísmo), por vezes recorrendo a fórmulas como “*temos a honra de informar que, neste concelho, não existe qualquer movimento associativo que tenha intervenção na área do património*” (sublinhado do autor) que, mais do que qualquer sentimento de “honra”, esperamos reflectam apenas a pouca maleabilidade epistolar da nossa administração pública. Como excepção (essa sim honrosa!), só a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha afirma “*lamentar*” a informação que se vê forçada a transmitir.

Atestando a fluidez do conceito de “património”, nas restantes 128 respostas encontramos um pouco de tudo, desde a correcta tentativa de selecção de associações de acordo com o critério genericamente proposto, à sua junção com ranchos folclóricos e outros grupos etnográficos e/ou ambientais, ou mesmo ao endosso puro e simples da lista completa das colectividades de desporto, cultura e recreio sediadas no respectivo concelho. Trinta respostas acabaram, assim, por não ser utilizadas, enquanto 35 outras só o foram parcialmente.

De entre as informações mais curiosas, merece referência a que nos foi enviada de Nelas e que, à primeira vista, interpretámos como límpida manifestação de pragmatismo, levando às suas últimas consequências a prática arqueológica corrente em muitos

pontos do nosso país — de facto, como associação a inserir na presente pesquisa, a autarquia limitou-se a dar nota da existência da “*Secção Arqueológica dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim*”!!! Constatámos mais tarde que, afinal, ainda não fora desta que se assumira formalmente a ligação entre as equipas de intervenção arqueológica e as que procuram minorar todo o tipo de catástrofes naturais ou provocadas pela acção humana, uma vez que os serviços municipais apenas terão confundido com “secção” dos bombeiros a Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego - EAM, que viemos a verificar ter um protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros de Canas de Senhorim para utilização parcial das suas instalações. Assim se perdia a oportunidade de podermos avaliar os resultados de uma experiência única e, quiçá, prometedora!...

Voltando à massa informativa coligida, os objectivos inicialmente definidos implicaram o inevitável estabelecimento de critérios que evitassem excessiva generalidade dos resultados e mantivessem o enfoque da pesquisa no movimento associativo predominantemente activo no âmbito do património construído ou, mais especificamente, do património arqueológico. Foram assim preteridas as associações que a informação disponível nos levou a classificar na área da defesa do meio ambiente ou da recolha etnográfica.

Daqui resultou a identificação de um conjunto de 151 associações, apesar de quatro delas não terem chegado a ser inquiridas por terem sido referenciadas a partir de informação enviada pelas autarquias fora de prazo, como já tivemos oportunidade de referir <sup>2</sup>. Relativamente a três outras, foram devolvidas as cartas que enviámos, retratando uma provável situação de inactividade, uma vez que foram reconfirmados os endereços junto da fonte original, ou seja, da respectiva autarquia. Acrescente-se ainda que duas associações contactadas declinaram o convite ao preenchimento do formulário por entenderem que não se aplicava às suas actividades, reduzindo a 142 o número de associações inquiridas.

### 3. Caracterização do inquérito

Atendendo a que o objectivo era abordar, de forma tão completa quanto possível, uma determinada área do movimento associativo português, optou-se por uma ficha de inquérito que cobrisse desde a identificação e caracterização da associação e dos seus associados, às actividades promovidas e recursos físicos, técnicos, humanos e financeiros envolvidos, para terminar nas relações mantidas com os mais diversos parceiros institucionais.

<sup>1</sup> Ver OOSTERBEEK, Luiz (1997) — “Associativismo e Património Arqueológico”. *Arkeos*. 1: 45-53.

<sup>2</sup> Referimo-nos à Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal, Associação Cultural e de Defesa do Património de Garvão, Maia e Associação de Defesa do Património e Associação de Defesa e Conhecimento do Património Cultural Oliveirense, dos concelhos de Pombal, Ourique, Maia e Oliveira de Azeméis, respectivamente.

Num primeiro ponto, solicitava-se informação relativa ao ano de fundação e de publicação de estatutos em *Diário da República*, eventual inscrição no Registo Nacional de Associações Juvenis ou classificação de Utilidade Pública, área geográfica e âmbito temático de intervenção, designação, composição e duração dos mandatos dos órgãos sociais.

Sobre os associados, para além do seu número total e distribuição por género, pretendia-se saber o escalonamento etário, local de residência e formação académica, bem como as condições de admissão e participação nos actos eleitorais.

A descrição genérica das principais actividades associativas deveria também ser complementada com o destaque pormenorizado das acções efectivamente promovidas nos últimos três anos.

Em termos de recursos físicos, a questão central era a da existência ou não de sede social e respectivas condições de usufruto, área e valências instaladas, enquanto nos recursos técnicos se inquiria dos materiais e equipamentos disponíveis nas associações.

Quanto aos recursos humanos, o objectivo era quantificar os dirigentes e outros colaboradores associativos que, a tempo parcial ou completo, remunerados ou em regime de voluntariado, participam regularmente na vida da instituição.

Em termos financeiros, solicitava-se a indicação das receitas do último triénio (1994-96), repartidas pelo resultado do autofinanciamento (quotas dos sócios e outras receitas próprias, prestação de serviços, etc.) e pelos subsídios angariados, pedindo-se ainda a pormenorização do que, nestes últimos, resultou da participação de organismos ligados à administração pública (poder central e local) ou de outros (fundações, empresas, etc.).

Por fim, pretendia-se saber das relações institucionais regulares (com autarquias, museus, universidades, institutos, outras associações, etc.), quer ao nível das acções pontuais, quer no plano da formalização de protocolos específicos ou da filiação em organismos regionais, nacionais e internacionais.

Com apresentação em formato A-3, o formulário do inquérito foi acompanhado de uma ficha-tipo preenchida, onde se tomou como exemplo o CAA, por forma a facilitar a compreensão e uniformizar o tipo de resposta aos vários campos. Iniciada em meados de Maio de 1997, a recolha de dados decorreu até finais do mês de Setembro deste mesmo ano.

#### 4. Apresentação de resultados

Recordando que, nesta fase, estávamos perante um conjunto de 142 associações, passamos a apresentar os resultados obtidos, começando desde logo por

três situações de alegada impossibilidade de resposta, embora por motivos bem distintos.

Da Associação *In Loco*, de Faro, dizem-nos serem "*assedados constantemente com inquéritos de todo o tipo*" e não terem "*recursos humanos disponíveis para tal tarefa*".

Na Inijovem - Associação para Iniciativas para a Juventude de Nisa, as razões prendem-se com o facto de terem "*ainda pouco tempo de vida*", o que faz com que não possam "*responder de forma concreta a certas questões*" colocadas no inquérito e os leva a desistir de todo de o fazer.

Por fim, a *AQUA nativa*, dependente da Associação Cultural de Anadia, diz que não responde "*por uma única razão*": a ficha "*seria devolvida praticamente em branco, porque os meios de que dispomos, quer humanos, quer materiais são muito poucos*". Com alguma desilusão, prossegue-se: "*Está toda a gente muito mais disposta a ganhar dinheiro de qualquer modo do que a colaborar em movimento associativo de índole cultural (= a gratuidade + sacrifício). No dia em que isso render dinheiro por estas bandas, teremos centenas de 'entusiastas' a procurarem-nos. Por outro lado, as entidades autárquicas locais ainda vivem na 'era do betuminoso' que é a que rende votos. O resto é para carolas...*". Felizmente, "*nem tudo é mau*" e "*um pequeno grupo insiste em manter um sopro de vida na Associação*", publicando com regularidade uma revista cultural com o mesmo título, *AQUA nativa*.

Estas três respostas poderão ser reveladoras das razões pelas quais, apesar de diversas insistências, não foi possível conseguir a participação de mais de metade das associações inquiridas (85, isto é, 60% das 142 que receberam o formulário de inquérito), ou seja, estaremos em presença da influência, eventualmente cumulativa, de diversos factores: situações de inactividade ou de desenvolvimento de acções tão esparsas que não justificam a resposta; falta de organização administrativa, de tempo e/ou vontade para coligir e divulgar os elementos pedidos; alguma desmotivação, resultante da insuficiência ou ausência de apoios e do contexto adverso onde se desenrola o trabalho associativo; desinteresse, puro e simples, pela colaboração nesta iniciativa do CAA e da revista *Al-madan*.

Das 54 fichas preenchidas que recebemos (38% dos inquiridos), não foram considerados no tratamento de dados, pelas razões já explicitadas, seis associações exclusivamente ligadas à área do património natural ou etnográfico ou, genericamente, à acção cívica em meio urbano<sup>3</sup>. Optámos por excluir também o CEPAE - Centro do Património da Estremadura, com actividade na área do património mas de características muito diversas das outras realidades tratadas, envolvendo um amplo leque de personalidades, autar-

<sup>3</sup> Núcleo de Espeleologia da Costa Azul (Sesimbra), *Ervedus* - Associação para a Promoção Cultural e Ambiental (Oliveira do Hospital), Grupo Etnográfico de Defesa do Património e Ambiente da Pampilhosa, *Pro Urbe* - Associação Cívica de Coimbra, Associação Cultural dos Amigos do Porto e Associação Cultural Amigos de Gaia.

quias e outras instituições (ver texto “CEPAE - uma associação original”), bem como a Real Sociedade Arqueológica Lusitana (Santiago do Cacém) e a Sociedade Martins Sarmento (Guimarães), que se aproximam mais do perfil das sociedades científicas.

Fixámos assim em 45 o número das associações que constituem o universo do presente trabalho e que procuraremos dissecar nos aspectos que nos pareceram mais relevantes. Esclarece-se, no entanto, que foi bastante desigual a percentagem de preenchimento dos vários campos, reduzindo, por vezes significativamente, o número das entidades analisadas — só a título exemplo e por razões para as quais apontamos algumas hipóteses noutra parte do presente trabalho, ficámos sem resposta a questões simples como o número de sócios de quatro das associações que participaram no inquérito, até outras mais complexas sobre os recursos técnicos (12 não responderam), humanos e financeiros (campos deixados em branco por oito e 16 associações, respectivamente). Assim sendo, é fornecido ao longo do texto o número de respostas consideradas em cada um dos indicadores pré-definidos na ficha-tipo.

Como complemento do texto, a base de dados que o suporta é sintetizada num Quadro final onde se organizam alfabeticamente as 45 associações envolvidas, tomando por referência o concelho onde se localiza a respectiva sede social, uma vez que é esta a forma que mais facilmente permite a utilização pelo leitor.

#### 4.1. Caracterização das associações

Em termos geográficos, as associações inquiridas distribuem-se pelo todo nacional, registando-se apenas a exceção da Região Autónoma da Madeira e do distrito de Évora. Com maior representatividade (ver Quadro 1) encontramos o distrito de Santarém, seguido de Lisboa e de Faro (com oito, seis e quatro associações, respectivamente).

Onze das associações não têm estatutos publicados em *Diário da República*, o que nem sempre é resultado de existência recente, uma vez que o mesmo ocorre em situações onde há actividade desenvolvida desde finais dos anos 70.

Registam-se 12 casos de declaração de Utilidade Pública (com dois outros processos em curso) e

Quadro 1 - dispersão geográfica

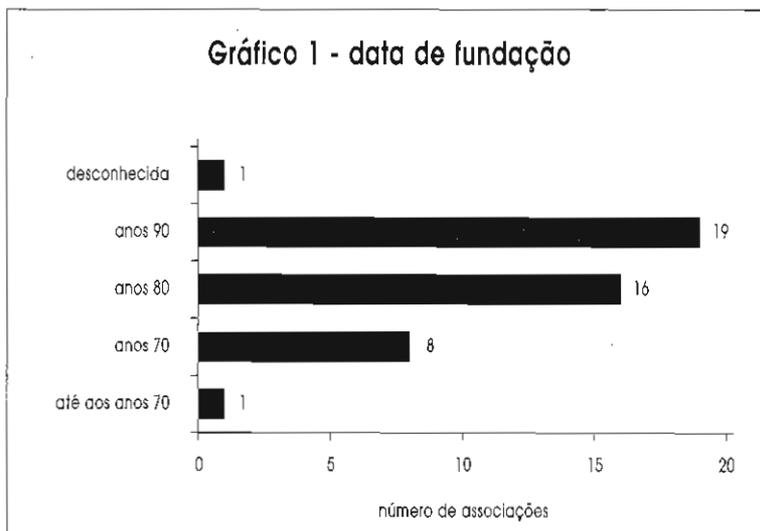
Distrito / Região	N.º de Associações	Distrito / Região	N.º de Associações
Açores	1	Leiria	3
Aveiro	3	Lisboa	6
Beja	2	Portalegre	1
Braga	3	Porto	1
Bragança	1	Santarém	8
Castelo Branco	1	Setúbal	2
Coimbra	2	Viana do Castelo	2
Faro	4	Vila Real	2
Guarda	1	Viseu	1

dez inscrições no Registo Nacional das Associações Juvenis.

Desconhecendo-se a data de fundação do Grupo de Arqueologia de Vila Fernando (Elvas), encontramos apenas uma associação fundada antes dos anos 70 — a Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, activa desde 1909, embora com estatutos publicados só em 1982<sup>4</sup>. As restantes iniciaram a sua actividade na referida década (apenas duas delas antes do 25 de Abril de 1974: o CAA, em Almada, e o NRJA - Associação de Estudos do Alto Tejo, em Vila Velha de Ródão, ambos em 1972), mas com maior peso nas duas seguintes, reflectindo também aqui as transformações sócio-políticas da sociedade portuguesa (ver Gráfico 1).

Do ponto de vista da área de intervenção, encontramos situações extremamente díspares, desde o caso da Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão

Gráfico 1 - data de fundação



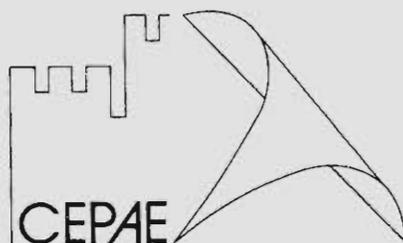
<sup>4</sup> Jorge Custódio destaca a pioneirismo desta “curiosa” associação, em torno da qual um grupo de residentes se organiza para adquirir e zelar pelo Castelo de Santa Maria da Feira — ver Custódio, Jorge (1993). “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”. In *Das Futuro ao Passado*. Lisboa: IPPAR, p. 33-71.



património & associativismo

## CEPAE - CENTRO DO PATRIMÓNIO DA ESTREMADURA

### uma associação original



Centro do Património da Alta Estremadura

No âmbito da pesquisa apresentada no texto principal, a redacção de *Al-madan* deparou com uma situação que julgou merecedora de destaque — a do Centro do Património da Estremadura (CEPAE).

Como associação de defesa do património, os objectivos do CEPAE não diferem muito de qualquer outra. A diferença está nos associados e corpos gerentes, que incluem câmaras municipais, associações de desenvolvimento local e de defesa do património cultural e natural, bem como outros grupos, reunidos no interesse geral da salvaguarda de bens comuns.

Idealizado no 1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura, o CEPAE foi “lançado” pelo Grupo de Património da ADLEI (Associação para o Desenvolvimento de Leiria), actualmente presidente da direcção, começando por denominar-se Centro do Património da Alta Estremadura. Tem os estatutos aprovados em 1993 e em 1994 o primeiro plano de actividades organiza-o em grupos de trabalho concelhio, que darão origem aos Núcleos, elementos essenciais da estrutura interna desta associação. No mesmo ano, a assinatura de um protocolo com a Universidade Católica - polo de Leiria resultou no desenvolvimento de um *Sistema Informático de Inventariação do Património da Região*, projecto que tem sido desde então a mais importante valência do CEPAE. Apesar de se manter a sigla, a alteração da denominação para Centro de Património da Estremadura, ocorrida em 1997, reflecte um alargamento da sua área de actividade.

Tendo como âmbito de acção o património arqueológico, construído, natural e etnográfico, as grandes metas da actividade desta associação situam-se ao nível da sensibilização da população para a sua preservação, a promoção de trabalhos de investigação ou orientação de trabalhos de outrem naquelas áreas, envolvendo nessas tarefas o próprio poder local.

De facto, a administração local está presente entre os 33 sócios colectivos (num total de 117 sócios), com oito câmaras municipais e cinco juntas de freguesia, e nos órgãos sociais da associação. Aqui, a presença das autarquias não se faz sentir a nível da gestão, atribuição que compete à Direcção, mas na Mesa da Assembleia Geral, composta por três câmaras.

Da Direcção fazem parte apenas associações, sendo também uma destas a presidir ao Conselho Fiscal. A participação dos sócios colectivos nos actos eleitorais é diferenciada. As câmaras dispõem de 20 votos, as juntas de freguesia e associações de dez e as pessoas singulares de um voto cada. Alguns associados colectivos são pouco comuns, como é o caso do Cabido da Sé de Leiria, o

A participação de jovens é por vezes enquadrada por outros Protocolos, com o Instituto Português da Juventude ou diversas câmaras municipais. Para bens culturais já conhecidos, o projecto conta com a colaboração das entidades proprietárias, caso do Instituto Português do Património Arquitectónico e da

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Aos Núcleos pertencem outras responsabilidades, que consistem na identificação de casos susceptíveis de pedidos de classificação, de maior divulgação ou de restauro e valorização. A divulgação do próprio Núcleo e das suas actividades está prevista na criação de espaço na imprensa local, o *Forum CEPAE*, que terá entre outras funções a de “denunciar, pela positiva, atitudes menos dignas relativas a agressões ao Património” (documento policopiado *CEPAE História, Organização, Actividades*).

Um outro projecto da associação, com vista a dar resposta a uma das suas grandes metas, é a criação de um Centro de Documentação, organizado de modo a facilitar e promover trabalhos de investigação e a publicação de temas culturais regionais.

Para a realização destes projectos, o CEPAE tem recorrido a muito trabalho voluntário, dispondo ainda de um dirigente associativo remunerado, uma sede arrendada com os recursos técnicos essenciais (telefone, fax e computador), alguns donativos e, principalmente, as cotas dos associados que, tal como em termos de representatividade eleitoral, são diferenciadas. A candidatura ao Programa Operacional C permite que a partir de Julho deste ano o *Projecto de Inventariação Informática do Património* seja participado pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) no equipamento informático da sede e nos recursos humanos. A este nível, mantendo o carácter totalmente voluntário na recolha (em todo o Distrito de Leiria e concelho de Ourém), são apoiados dois técnicos para introduzir e gerir os dados da base multimédia e um coordenador geral do projecto (o referido dirigente remunerado, antes pelo Programa AGIR, do IPI, agora pelo FEDER).

O recurso a programas de apoio é essencial para a prossecução das actividades desta nova associação que, em nome da defesa do património, pretende concretizar o envolvimento de “macro” e “micro” estruturas regionais, de forma a rentabilizar ao mesmo tempo as capacidades de intervenção da administração pública e da sociedade civil.

Elisabete Gonçalves

(Penacova), que centra a sua acção neste imóvel, ou da Associação Amigos de Monserrate, em Lisboa, que se cinge aos jardins e Palácio de Monserrate, até outras que têm como horizonte os limites de uma freguesia ou de um concelho — no primeiro caso estão a Associação para a Divulgação Cultural e Preservação do Património Histórico de Muge - *In Muya* (Salvaterra de Magos), ou a Comissão de Defesa do Património e Acção Cultural da freguesia de Fiães (Santa Maria da Feira), enquanto no segundo se enquadravam 13 outras associações.

Ocorrem também 24 casos (53%) de âmbitos geográficos que ultrapassam os limites de um único concelho, sendo de destacar situações como a da Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira (com intervenção nos 14 concelhos que integram a denominada “Terra de Santa Maria”), do GEN - Grupo de Estudos Históricos do Vale do Neiva e da Corrente - Associação de Amigos do Rio Tâmega (todos os concelhos das bacias destes dois rios). Associações há, ainda, que trabalham sobre um ou vários distritos <sup>5</sup>, quando não sobre regiões ainda mais vastas, como o GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (com sede em Coimbra, que se afirma activo nos 38 concelhos da região Centro), ou da Associação Cultural do Alto Douro (Peso da Régua) e do Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta - CEPBA (Viseu), incidindo sobre estas duas províncias. O Grupo de Reserva do Património, Cultura e Tradição (sediado em Moure, Barcelos) é ainda mais ambicioso, definindo como “*sem limites*” a sua área de intervenção.

Outra situação a merecer destaque é a da Arqueojovem, localizado em Tomar mas presentemente em fase de organização e consolidação de núcleos permanentes na Barquinha e em Alvaiázere <sup>6</sup>.

Passando para o âmbito temático, 41 das 45 associações (91%) ocupam-se de questões relacionadas com o património construído, enquanto 36 (80%) intervêm na área do património arqueológico. Na esmagadora maioria dos casos (32), estas duas componentes registam-se em paralelo, com duas únicas situações de exclusividade relativamente à vertente arqueológica — as da EAM (Nelas) e da Escora - Associação de Jovens para a Preservação Cultural e Arqueológica de Montalvo (Constância).

Atestando uma saudável abertura de perspectivas, 35 destas associações (78%) desenvolvem actividade também na área do património natural, indicando 16 (16%) preocupações paralelas com o património histórico e documental, em geral, com a recolha etnográfica, a espeleologia, as artes plásticas, o desporto, a animação e o turismo cultural, etc.

No que respeita aos órgãos sociais, as estruturas que vimos analisando dispõem generalizadamente de Mesa da Assembleia Geral, Direcção (por vezes com

designações como as de Grupo Coordenador, Comissão Executiva ou outras) e Conselho Fiscal, esporadicamente apoiados por Comissões Técnico-Científicas e de Honra, Conselhos Gerais e de Fundadores. A composição da primeira é normalmente limitada a três elementos, embora se registre um caso com quatro, dois com cinco e um com seis (Associação de Defesa do Património de Coruche). Na sua maioria (22 situações), a Direcção é composta por cinco elementos, com sete casos em que é reduzida a três, mas quatro outros em que aumenta para sete, dois para nove e até um em que “dispara” para 23 (Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)! No Conselho Fiscal, para além do número normal de três elementos, só encontramos três situações em que estes sobem para quatro e uma para cinco.

Das 34 associações que informam da duração dos mandatos destes órgãos, quatro promovem eleições anuais, 15 pelo dobro desse período, 14 de três em três anos e uma quadrienalmente (Associação *In Muya*, de Salvaterra de Magos).

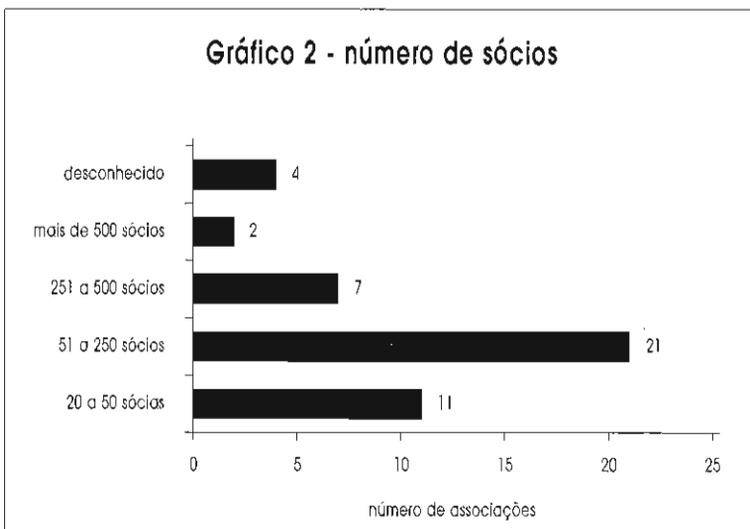
#### 4.2. Caracterização dos associados

O argumento da falta de “computadorização” é apresentado por algumas associações como motivo para a insuficiente informação quanto às características dos seus associados e, até, do seu número total. De facto, quatro associações não sabem ou não divulgam quantos sócios têm, envolvendo as restantes 41 um universo de 7980 sócios, 12 dos quais colectivos. A maioria das entidades inquiridas (21) enquadra 51 a 250 sócios, mas um número significativo queda-se no escalão das que não atingem esse valor (onze). Como pode observar-se no Gráfico 2, só duas associações registam mais de 500 sócios: o GAAC (Coimbra), com 1265 (três colectivos), e a Associação de Defesa

<sup>5</sup> Casos do Forum Nordeste (Bragança), do Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Afife (Viana do Castelo), da Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego-EAM (Viseu e Guarda) ou da Pedra Angular - Associação dos Amigos dos Monumentos, Obras de Arte e Museus da Diocese de Beja (Beja e parte de Setúbal)

<sup>6</sup> Relativamente às associações a que fazemos referência neste texto, respeitámos a grafia e as siglas utilizadas pelas próprias. No entanto, após uma primeira menção completa, a denominação foi substituída pela sigla ou por uma versão abreviada. Ao leitor interessado, bastará recuar um pouco na leitura ou consultar o Quadro final para encontrar a informação completa.

Gráfico 2 - número de sócios





património & associativismo

## GEAP - GRUPO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO PORTO

### um testemunho pessoal

Nunca fiz parte dos órgãos sociais do GEAP, pelos Estatutos, tal não podia acontecer, por ser "consultor científico" do Grupo. Estive, sem dúvida, tal como a minha mulher e colega, ligado à sua fundação; e recordo os dias em que o núcleo promotor se reunia na minha casa, em condições logísticas muito precárias.

Sem disfarçar um certo orgulho, posso dizer que foi nesse local que, a partir de 1975, arrancou, quase a partir do zero, a investigação pré-histórica do Norte de Portugal, e que se desenvolveu, ao nível mais geral da Arqueologia desta zona do país, um movimento que, passados 22 anos, não cessa de crescer. Apesar do GEAP hoje se encontrar (espero que temporariamente) um pouco adormecido.

O Grupo foi pois criado em 1976, por esse núcleo inicial de docentes e (sobretudo) de discentes da Faculdade de Letras do Porto, tendo sido legalmente constituído, por escritura notarial, em 4 de Outubro de 1977 (v. *Diário da República* n.º 292, IIIª série, de 20 de Dezembro de 1977); cumpre pois o seu 20º aniversário no presente ano de 1997.

Transcrevamos, para memória e melhor caracterização, parte dos seus Estatutos, onde se definem objectivos e um programa de acção. Dizem eles:

*"O G.E.A.P. tem como objectivo o estudo da Arqueologia em Portugal, segundo o desenvolvimento e actualização desta ciência, a nível internacional.*

*O G.E.A.P. considera dever de todos os associados denunciar às entidades competentes escavações clandestinas, depredações efectuadas e erros metodológicos até hoje cometidos, ou que se venham a cometer, por pseudo-arqueólogos, autodidactas que destruirão, se não forem impedidos, todo o património arqueológico nacional.*

*Para levar a efeito o que se propõe, o G.E.A.P.:*

a) Realizará prospecções arqueológicas, de acordo com informações existentes, e incentivará a localização de novas estações ou lugares de interesse arqueológico, em todo o País e, nomeadamente, em toda a região Norte.

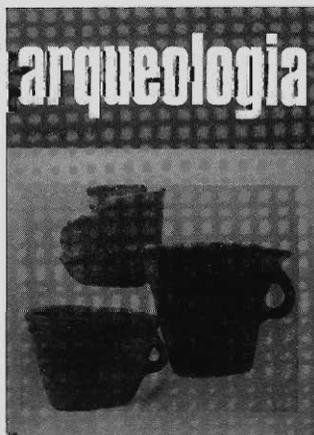
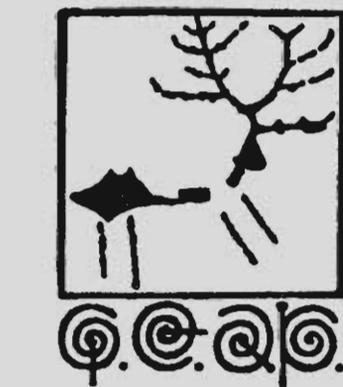
b) Promoverá visitas de estudo, em Portugal e no estrangeiro.

c) Procurará incentivar os estudos da Arqueologia em todo o País, e nomeadamente, na área cultural do Porto.

d) Organizará (sob a direcção de arqueólogos de reconhecido valor) ou participará em campanhas arqueológicas, em Portugal ou no estrangeiro.

e) Procederá à recolha, com a cooperação dos seus membros ou de outras entidades, de materiais, documentos e de todos os elementos de estudo arqueológico.

f) Formará uma biblioteca, cuja consulta é aberta aos sócios, e que será adquirida com os seus próprios



meios, ou graças à colaboração graciosa de autores e instituições, portuguesas e estrangeiras.

g) Promoverá conferências, organizará exposições fotográficas, documentais e de materiais arqueológicos, e outras actividades afins.

h) Publicará uma revista relatando as actividades do grupo, acontecimentos arqueológicos mundiais, e publicando artigos de sócios ou outros investigadores."

É impossível enumerar aqui as variadíssimas realizações do GEAP.

Mas, nos anos seguintes ao da sua constituição, duas iniciativas que lhe estão estreitamente ligadas veriam a luz. Em 1978, deu-se o início das escavações sistemáticas da Serra da Aboboreira (Baião-Amarante-Marco de Canaveses), o que conduziu

ao projecto do *Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (CASA)*. E, em 1980, deu-se o arranque da publicação semestral da revista *Arqueologia*, editada pelo Grupo (e sua velha aspiração desde o princípio), da qual, como é sabido, fui director durante dez anos, correspondentes a 20 volumes publicados (Junho de 1980 a Dezembro de 1989).

Satisfaz-me constatar que o projecto do CASA tem prosseguido ininterruptamente até à actualidade, muito ainda havendo a fazer ali a nível de escavação, restauro e conservação de monumentos e sítios, publicação de resultados inéditos, divulgação, valorização do Museu Municipal de Baião, etc., etc. Trabalhou-se sempre com uma escassez inacreditável de meios, apesar da quantidade de resultados produzidos. O CASA foi a "escola prática de arqueologia" de um número significativo de arqueólogos portugueses actuais, ou, pelo menos, uma experiência que contribuiu para a sua formação básica.

Quanto à revista *Arqueologia*, aí se revelou toda uma geração de investigadores, acompanhando um dos momentos mais florescentes deste ramo de actividade e de pesquisa, que foram os anos 80. Posteriormente à minha direcção, saíram ainda dois volumes, números 21 (Dezembro de 1991) e 22 (Dezembro de 1992), estando no prelo um outro (vol. 23, de Dezembro de 1993), no que se espera seja o sinal para um novo arranque. De facto, dotado de uma revista prestigiada, e na sua qualidade de "associação juvenil", o GEAP teria condições, hoje, para ser um factor importantíssimo para a dinamização de uma nova geração de arqueólogos deste país.

Sem esta preocupação pelo enraizamento nas camadas jovens, a arqueologia portuguesa nunca passará para além de um estreito limiar de "iniciados", não tendo qualquer força para se impor como investigação, como cultura, como profissão e, mais genericamente, no plano dos valores da cidadania, como algo que a todos pode interessar e cumprir respeitar, desde o cidadão comum aos governantes de cada momento.

Vitor Oliveira Jorge

do Património de Mértola, com 1400 (embora aqui se afirme expressamente que os valores fornecidos são “aproximados”).

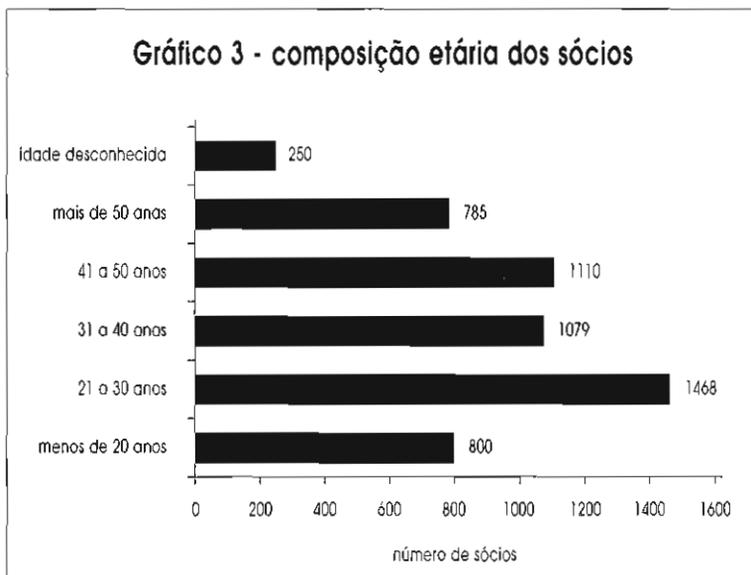
Quando se procura passar para um tratamento mais fino destes dados, reduz-se para 34 o número de casos em que é explicitada a repartição por género do total dos associados — em 6542 sócios, encontramos uma ligeira maioria (3410 - 52%) do sexo masculino, embora o predomínio seja bastante mais acentuado se adoptarmos outra perspectiva. Assim, 26 dessas 34 associações apresentam uma composição com mais de 50% de homens, havendo mesmo quatro delas em que essa percentagem passa dos 80%, chegando a atingir os 90% (na Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão, em Penacova).

Em termos etários, foram considerados os dados fornecidos por 28 associações (outros dois casos foram excluídos pelo facto dos parciais fornecidos não coincidirem com os totais), correspondendo a um total de 5492 sócios, que se distribuem da forma que se observa no Gráfico 3. A percentagem de sócios até aos 20 anos (14,6%) é praticamente idêntica à dos que têm mais de 50 anos (14,3%), registando-se também valores muito semelhantes entre o escalão dos 31 a 40 anos e o imediatamente superior (19,6% e 20,2%, respectivamente). A maioria dos indivíduos abrangidos (26,7%) tem, contudo, idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos.

Elevou-se também a 28 o número das associações em que foi possível considerar os elementos relacionados com o local de residência dos associados (também aqui houve que omitir três situações de incompatibilidade entre os parciais e os totais). Assim, como seria de esperar, as associações acolhem maioritariamente indivíduos residentes nos concelhos em que se sediam (3331, isto é, 67,1% dos 4961 sócios que foi possível apurar neste indicador), embora 22 delas funcionem também como polo de atracção para 913 outros (18,4%) se o âmbito for alargado aos respectivos distritos, 20 contem com mais 702 sócios espalhados pelo restante território nacional (14,2%) e três registem até casos isolados de sócios no estrangeiro (0,1%).

Outro elemento que nos permite aferir do grau de abertura deste tipo de instituições é o facto de, em 22 delas, a admissão se processar por auto-proposta dos interessados, sem limitações académicas ou profissionais (nalguns casos com reserva da maioridade) e apenas dependente de decisão favorável da Direcção ou da Assembleia Geral. Contudo, em 14 outros casos a proposta de admissão terá de ser obrigatoriamente subscrita por um ou dois sócios no activo.

Nove associações não prestaram informação sobre a matéria a que aludimos no parágrafo anterior, omitindo sete delas, também, dados sobre a formação



académica dos associados. Apesar disso, das restantes 37, é possível verificar que 31 incluem licenciados, bacharéis ou discentes do Curso de História, 23 da variante de Arqueologia e 15 da de História da Arte, destacando-se também 26 ocorrências da área da Engenharia, 21 de Economia e/ou Gestão, 19 de Arquitectura, 16 de Sociologia, 12 de Antropologia, dez de Geologia e nove de Conservação e/ou Restauro. 33 associações referenciam ainda outras áreas académicas, da Paleontologia, Agronomia, Filosofia, Teologia, Psicologia, Geografia, Física, Química, Medicina ou Biologia, às Línguas e Literaturas, ao Design Gráfico, Direito, Comunicação Social, Teatro, Música, Cinema...

Se 15 das associações reconhecem desconhecer a formação académica de todos os associados, 27 afirmam enquadrar igualmente elementos com habilitação ou frequência do ensino básico, enquanto 12 registam o mesmo para cursos técnico-profissionais nas áreas da Arqueologia, Museologia e/ou Museografia, Conservação e/ou Restauro, Arte e Design, Educação Física, Secretariado, Audiovisuais, Animação Cultural, Informática, etc.

Para completar este ponto, a democraticidade interna poderá ser avaliada pelas possibilidades de participação dos sócios na gestão do quotidiano associativo, nomeadamente ao nível das capacidades de eleger e ser eleito para os órgãos sociais. Dois terços das associações inquiridas (30) responderam colocando como condição indispensável a ausência de quotizações em atraso, impondo 16 delas também limites etários (limitando os cadernos eleitorais a maiores de 18 ou de 16 anos, em treze e três casos, respectivamente), enquanto quatro exigem que a admissão se tenha processado há mais de um ano.



património & associativismo

## GAAC - GRUPO DE ARQUEOLOGIA E ARTE DO CENTRO

### vinte anos em defesa do património

O nze de Maio de 1978. Nasceu, juridicamente, o GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro. Um sonho idealizado nas cadeiras das salas de aula da Faculdade de Letras, em 1977, posto em prática naquele ano, formalizou-se, perante os cidadãos e o País, na data que, ora, assinalamos.

Se uma vintena na existência de uma Associação é um tempo escasso para discernir sobre o seu futuro, representa para o GAAC e para o património, um espaço temporal de dilatada dimensão, cimentado nas acções, milhares, levadas a efeito neste período, que avalizam um universo de intenções e um mar de actividades, credoras do merecimento das entidades oficiais e merecedoras da aceitação e participação das camadas populacionais. Estes propósitos e estas vertentes, positivas e significativas, da vida da instituição, prodigalizam um intenso movimento e uma permanente vivência activa na defesa, preservação, divulgação e valorização dos valores culturais, da Nação e do Mundo. Por isso, vinte anos, testemunham um querer e reflectem uma vontade, alicerçam um projecto e semeiam um ideal, factores evidentes duma clara e inequívoca maneira de se ser português, de salvar a guarda os pólos de identidade nacional e de percorrer um passado glorioso de séculos, atitudes conjugadas na prossecução dos objectivos consignados na bíblia do GAAC, os estatutos.

Vinte anos vinculam um rosário de acções: visitas guiadas à cidade, ao concelho, ao País e ao estrangeiro; exposições de artes plásticas que revelaram artistas de mérito (hoje) reconhecido; promoveram escavações arqueológicas que trouxeram à luz do dia horizontes grandiosos da nossa história e testemunhos de civilizações que deixaram a sua cultura e influenciaram a nossa, a exemplo da estação luso-romana da Bobadela, vinda à luz do dia graças aos trabalhos do GAAC e, ainda, de Caldeias, Serra da Boa Viagem, Vila Cardílio, Vimieira, Santa Luzia; lançamento da revista *Munda*, uma tribuna aberta a todos os interessados e que, ao longo dos seus trinta e dois números, recolheu estudos e investigações que a tornaram de leitura "obrigatória" para aqueles que se debruçam na pesquisa de valores culturais da região centro; edição e reedição de livros e boletins, cerca de cem, que atestam um modo de perpetuar e distribuir ensinamentos e estudos; fundação de Associações Culturais que pugnam, hoje, pela defesa do património; conselhos, pareceres e levantamentos a solicitações de Câmaras Municipais e de particulares, que redundaram em projectos



válidos da integridade arquitectónica e de inserção conscienciosa em obras de responsabilidade e de recuperação; realização de comemorações nacionais afusivas a vultos de reconhecido valor universal como, por exemplo, D. Inês de Castro, Santo António, João Deus e Florbela Espanca; participação em acontecimentos de âmbito nacional, como as comemorações de Jaime Cortesão e Pombalinas, e em jornadas, congressos e simpósios sobre o património cultural e natural, em Torres Novas, Setúbal, Taveiro, Braga, Santarém, Torres Vedras, Alcobaça, Leiria, Pereira, Pombal, Louçã, etc.; promoção de cursos de iniciação à Arqueologia (três), Urbanismo (cinco), Gravura e Património Cul-

tural; organização da Semana do Eléctrico, de uma mesa redonda sobre a Praça do Comércio, de um colóquio sobre Coimbra antiga e de um encontro sobre Cerâmica de Coimbra; aulas nas escolas, desde a primária à secundária, e visitas guiadas para alunos e professores dos estabelecimentos de ensino; realiza-

ção de um programa radiofónico na rádio comercial, intitulado "O Tempo e a Vida", aludindo à história e ao património cultural, secundado, até à actualidade, por participação sistemática em diversos programas de rádio, na Antena 1, RDP-Centro e, ainda, na Radiotelevisão Portuguesa; reconstrução de monumentos, a exemplo do obelisco do Campo do Bolão, do pelourinho de palheira-Assafarge e da capela do Senhor dos Remédios; inviabilização da venda de bens artísticos para o estrangeiro, como o retábulo de pedra de Anã do século XVI da autoria de João de Ruão; representação oficial na Comissão de toponímia e na Comissão de Salvaguarda do Património Arquitectónico e paisagístico da Câmara Municipal de Coimbra, nos Conselhos Consultivos do IPPAR e na Comissão directiva do Museu dos Transportes de Coimbra e das Festas da Cidade; visitas guiadas para crianças; jornadas de defesa do património natural, como as do Paúl de Arzila e Mata da Margaraça; colocação da placa toponímica da Avenida Inês de Castro, com significativa festa alusiva ao acto público; orientação de palestras e visitas para os cursos de férias para estrangeiros da Universidade de Coimbra; realização de dois encontros sobre a Alta de Coimbra, a maior manifestação de defesa deste espaço medieval, proposto para património mundial; palestras, conferências e apoios a Grupos folclóricos e associações culturais. Enfim, um "permanente" serviço em prol da cultura portuguesa com incidência especial no património natural e cultural.

Vinte anos estão passados. O passado do GAAC ficou vincado no trabalho desenvolvido.

Cientes de que muito há a fazer na defesa da nossa herança cultural, propomo-nos continuar, com firmeza e determinação. Assiste-nos a validade do projecto enacetado e a certeza do porvir, estruturado nas raízes da nossa civilização que alimentam, há oito séculos, uma cultura universal.

Mário Nunes (Presidente da Direcção do GAAC)

### 4.3. Actividades promovidas

As actividades promovidas pelas associações envolvidas no presente inquérito estão sintetizadas no Quadro 2. Daí se constata que a quase totalidade (41, isto é, 91%) se assume genericamente como associação de defesa do património, promovendo grande parte delas acções de levantamento e/ou inventário (38 - 84%) ou iniciativas de sensibilização pública e/ou limpeza de monumentos ou sítios (36 - 80%).

Todavia, só 25 (56%) apoia ou promove prospecções ou escavações arqueológicas, sendo ainda menor o número das que afirma ter actividade na área da conservação e restauro (21 - 47%).

Merece ainda referência o facto de apenas sete das 45 associações promoverem cumulativamente todas as alíneas constantes do Quadro 2.

Quando se passa ao pedido de pormenorização das principais actividades dos últimos três anos, quatro associações não respondem e algumas outras mantêm-se ao nível da generalidade.

No entanto, e atendendo apenas às iniciativas de âmbito arqueológico, uma vez que é impossível, neste espaço, dar igual atenção à diversidade de informação recebida, poderemos ficar com uma ideia do papel desempenhado pelas estruturas associativas, substituindo-se, complementando ou reforçando a acção dos poderes públicos e privados.

Assim, preparam-se ou finalizaram-se diversas cartas arqueológicas concelhias <sup>7</sup>, registando-se também projectos de investigação arqueológica de âmbito geográfico ou temático, de que são exemplo o que se centra no Alto Ribatejo, promovido pela Arqueojovem (Tomar), o dedicado às práticas funerárias e/ou culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta, da responsabilidade do CEPBA (Viseu), ou os intitulados "Ocupação Pré-histórica do Alto Tejo Português" ou "Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo", desenvolvidos pelo NRIA (Vila Velha de Ródão) e pelo CAA (Almada), respectivamente.

Para além do apoio específico a diversas escavações arqueológicas <sup>8</sup>, é referida a colaboração na abertura à fruição pública de monumentos e sítios arqueológicos (Pedra Angular - Associação dos Amigos dos Monumentos, Obras de Arte e Museus da Diocese de Beja), a organização de exposições (por exemplo, "Arqueologia: Pré-história da região de Alcobaça", pela Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça) e mesmo a participação na organização de núcleos ou salas de arqueologia de museus municipais como os de Aljezur ou Alcochete (Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur e Centro de Arqueologia de Almada, respectivamente).

**Quadro 2 - actividades promovidas**

Actividade	N.º de Associações	Actividade	N.º de Associações
Visitas guiadas	32	Prospecção/Escavação arqueológica	25
Colóquios/Reuniões científicas	26	Acções de sensibilização/Limpeza	36
Curso/Acções de formação	24	Conservação e restauro	21
Iniciativas pedagógicas	31	Defesa do património	41
Ocupação de jovens	29	Levantamentos/Inventários	38
Animação/Exposições	36	Investigação histórica ou outra	36
Edições	29		

Acções de formação nas áreas da arqueologia de campo, tratamento e conservação de materiais, etc., são também referidas por esta última associação, pela ARQA - Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora e pela Arqueojovem (Tomar).

Ao nível da investigação científica, refira-se também o programa de análise de pastas de ânforas romanas por activação com neutrões (em curso no Instituto Tecnológico e Nuclear com o apoio do CAA) e o de datações radiocarbónicas para a Pré-história da Beira Alta (megalitismo e Bronze final), que se desenrola no âmbito das actividades do CEPBA (Viseu). Assinale-se também a promoção, por esta última associação, do seminário "O Megalitismo na Beira Interior", de que se publicaram as Actas em 1994.

Finalizando com a área das edições, várias associações dispõem de boletins informativos de periodicidade mensal, trimestral ou quadrimestral, mantendo também a produção anual de revistas ou colecções como as intituladas *Al-madan* (CAA, Almada), *Preservação* (NRIA, Vila Velha de Ródão), *Estudos Pré-Históricos* (CEPBA, Viseu), *Techné* (Arqueojovem, Tomar), *Trabalhos de Arqueologia da EAM* (EAM, Nelas), etc. Esta última associação publica igualmente, com carácter não periódico, uma colecção de *Textos Monográficos*, com objectivos semelhantes aos dos *Relatórios* da ARQA, Amadora.

### 4.4. Recursos físicos

Para o desenvolvimento das actividades atrás sumariadas, apenas cinco associações dispõem de sede própria, uma delas funciona em espaço arrendado, enquanto a esmagadora maioria (30, isto é, 67%) beneficia da cedência de instalações. Duas associações não responderam a este ponto, enquanto sete (cerca de 16%) não têm, sequer, sede social.

<sup>7</sup> Almeirim, pela Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim; Alcobaça e Nazaré, pela Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça (ADEPA); Amadora, pela ARQA; Tomar, pelo Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar; Idanha-a-Velha e Castelo Branco, pelo NRIA - Associação de Estudos do Alto Tejo; Castelo de Paiva, pela ADEP - Associação de Estudo Defesa do Património Histórico-Cultural; Lagos, pelo Centro de Estudos Marítimos e Arqueológicos de Lagos; Almada, pelo CAA; vários concelhos, não nomeados, pelo Arqueojovem (Tomar).

<sup>8</sup> Escavações no Dólmén do Alto da Carrasqueira (Pombal) e na Buraca Grande e Buraca Escura (Redinha), apoiadas pelo Grupo de Arqueologia e Espeleologia de Pombal; na estação do paleolítico superior de Olival Fechado, Cós (colaboração entre a Faculdade Letras de Lisboa e a Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça); em Canas de Senhorim (Nelas), pela EAM; em necrópole e acrópole romana não nomeada (Grupo de Arqueologia de Vila Fernando, Elvas); na necrópole medieval-moderna da QP, de S. Pedro (Corroios), em resultado da cooperação entre o CAA e a Câmara Municipal do Seixal.



Constituída em 1988, a ARQA-Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora é fruto de uma tradição arqueológica que remonta à década de 60, e que teve desde sempre como objectivos principais o conhecimento, preservação e valorização do património arqueológico do Município da Amadora.

Assim, e apesar de completar no próximo ano dez anos, possui nas suas colecções, arquivos e associados a memória e as colecções que resultaram de quarenta anos de trabalho na Amadora.

Hoje pode dizer-se que, já longe da organização incipiente dos primeiros tempos, o projecto ARQA atingiu um patamar de desenvolvimento que permite redimensionar a sua estratégia para o futuro. Depois de uma primeira fase (1988-1993) em que esta assentou na formação/recrutamento e

no acondicionamento e informatização do acervo arqueológico, a associação redimensionou os seus objectivos e procedeu à constituição de equipas com capacidade técnica para responder a quatro vertentes de trabalho essenciais:

- a extensão educativa e difusão como instrumento de ligação às comunidades local e científica, com destaque para a já antiga articulação com as escolas do Município da Amadora e para a recém criada área de edições;

- a formação, como veículo privilegiado de renovação e qualificação de quadros;

- o Gabinete de Arqueologia Urbana (GAU), como unidade operacional, em funcionamento permanente, que garante a actividade regular de investigação e intervenção no terreno, em articulação e com o apoio da Câmara Municipal (CMA);

- a Secção Portuguesa da Sociedade Internacional de Molinologia, como polo de formação, investigação, difusão e intervenção na área dos sistemas tradicionais de moagem portugueses.

Actualmente, encontra-se em estudo a criação de outros núcleos e a reestruturação do funcionamento interno da ARQA, tendo em vista a dotação de instalações próprias para o GAU pela CMA, a gestão da Necrópole de Careneque e o alargamento e consolidação da equipa permanente.

Não tendo cabimento nesta breve apresentação da ARQA a descrição exaustiva das suas actividades e funcionamento, procederemos à descrição de alguns destes aspectos.

Assim, no âmbito da Extensão Educativa e Formação, destaca-se a realização de dois cursos temáticos por ano, um de carácter introdutório e outro de aprofundamento, bem como de exposições de divulgação, visitas de estudo e passeios culturais na região e na Península Ibérica. Estas actividades são abertas a todos, estando especialmente direccionadas para jovens.

No plano editorial, contamos com uma experiência ainda recente, tendo sido iniciada a série *Relatórios*, cujo terceiro número se encontra em conclusão. Mantém-se, com regularidade, a edição da *Folha Informativa*, perspectivando-se a breve prazo o início da publicação de levantamentos, estudos e outras edições.

O desenvolvimento da investigação científica e intervenção, na área do património arqueológico, que se verificou no início da década de 90 no concelho da Amadora, revelou a necessidade de se criar uma estrutura operacional que permitisse a continuidade desse trabalho de uma forma sustentada.

património & associativismo

## ARQA - ASSOCIAÇÃO DE ARQUEOLOGIA DA AMADORA

### um projecto em construção



Tornou-se evidente que a evolução para um quadro onde projectos de investigação se articulassem com iniciativas de divulgação e preservação do património arqueológico, com o indispensável suporte a nível de acondicionamento de reservas de materiais arqueológicos e sua conservação e restauro, só seria possível com o necessário enquadramento material e financeiro, de modo a viabilizar a existência de uma equipa técnica permanente como núcleo central da actividade arqueológica no Concelho.

Da conjugação de esforços entre a CMA e a ARQA resultou a criação do Gabinete de Arqueologia Urbana, por intermédio do *Protocolo para a Preservação e Valorização do Património Arqueológico do Município da Amadora*, cuja actividade teve início em Agosto de 1995. O seu funcionamento regular é assegurado pela ARQA, com o apoio financeiro e colaboração da CMA.

A nova dinâmica e alterações estruturais que a criação do Gabinete veio trazer à associação implicaram uma reformulação da sua orgânica interna, surgindo deste modo uma secção autónoma constituída por uma equipa permanente que garante a funcionamento do GAU, contando com a colaboração, em regime de voluntariado, dos restantes sócios da ARQA.

As diversas áreas funcionais do Gabinete foram desde logo implementadas. O trabalho anteriormente efectuada, de inventariação, catalogação, informatização e acondicionamento dos materiais arqueológicos à guarda da ARQA permite perspectivar a abertura das Reservas de Materiais

Arqueológicos à consulta pública nas novas instalações que a CMA está a construir. Estas reservas, em articulação com o laboratório de conservação e restauro existente, constituem um suporte indispensável ao desenvolvimento da investigação e à preservação do espólio existente.

A área de investigação assume-se naturalmente como o polo central da actividade, estando associada às intervenções que se têm efectuado em diversos sítios arqueológicos do concelho. Os trabalhos levados a cabo recentemente na *villa Romana da Q.ª da Bolacha* (na foto), tendo em vista a determinação da natureza e extensão dos vestígios aí existentes, constitui um bom exemplo, entre outros, do referido, encontrando-se em fase de concepção projectos plurianuais de investigação, abrangendo três períodos históricos de grande representatividade arqueológica e patrimonial: Neolítico-Calcolítico; Ocupação Romana e Séc. XVIII-XIX.

Paralelamente, efectuou-se um vasto trabalho de prospeccção, nomeadamente em áreas cujo interesse arqueológico se desconhecia (permitindo que neste momento praticamente toda a área do Município da Amadora tenha sido prospectada sistematicamente), bem como nos locais sujeitos a pedidos de licenciamento para obras e dependentes de parecer prévio por parte do GAU. Prevê-se para breve a publicação da *Carta Arqueológica da Amadora*, em fase conclusiva.

Assente no princípio de investigar-preservar-divulgar subjacente ao funcionamento do GAU, foram levadas a cabo diversas iniciativas de divulgação, salientando-se a publicação de *Relatórios*, bem como a realização das exposições temáticas "Antes de Cristo-A Idade do Ferro na Amadora" e "Necrópole de Careneque-A Vida e a Morte", as quais permitiram dar a conhecer ao público em geral o património arqueológico da Amadora.

No que respeita à TIMS-Portugal, a ARQA estabeleceu um acordo com a Sociedade Internacional de Molinologia, tendo em vista lançar, a partir da Amadora, as actividades daquela organização em Portugal. Já instalada, a TIMS-Portugal encontrou os fundos necessários ao desenvolvimento do seu projecto através de um apoio substancial da CMA. Assim, foram já publicados artigos científicos resultantes do trabalho desta equipa na revista *International Molinology*, estando programada a participação da TIMS-Portugal com uma comunicação no 9º *Symposium Internacional de Molinologia* (Budapeste, Agosto de 1997). Nas vertentes de Intervenção e Edições, encontra-se concluído o projecto de recuperação do Moinho do Penedo, na Amadora, e sua adaptação a sede da TIMS-Portugal, estando em tipografia a publicação da monografia *O Moinho de João Vieira da Silva*, escavado em 1993.

Para um futuro próximo, estão programadas ou previstas as seguintes acções: 1º *Encontro da TIMS-Portugal* (Outubro-Novembro de 1997); Curso de Molinologia (Novembro e Dezembro de 1997); edição de folheto de divulgação e *mailing* promocional; criação de um banco de dados (em curso) informatizado, relativo aos moinhos da Península de Lisboa, como baía de ensaio para o *Cadastro Nacional* que a TIMS-Portugal pretende enctetar; publicação regular de um boletim de ligação/difusão.

ARQA - Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora

Só 20 associações quantificam as dimensões destes espaços, verificando-se que metade são pequenas áreas de 20 a 50m<sup>2</sup> (ver Gráfico 4). As duas mais privilegiadas são a Associação Histórico-Cultural do Concelho de Vila Nova da Barquinha (com 350 m<sup>2</sup>) e, a grande distância, a Associação Cultural de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa (que pode contar com 800 m<sup>2</sup>).

Em termos de valências instaladas, é muito equilibrado o número de associações que individualiza a existência de área administrativa (28), biblioteca (27) e área de arquivo (26). Muito menor peso têm as que indicam reservas (onze) ou gabinetes editoriais (oito). Espaços de características mais técnicas são também pouco frequentes: sete associações dispõem de *atelier/oficina*, seis de área de desenho, apenas quatro de laboratório de fotografia e igual número de laboratório de conservação e restauro.

Registam-se também três casos de sedes sociais que englobam áreas expositivas e duas situações isoladas, uma de auditório e outra que refere um centro de acolhimento juvenil. A Arqueojovem (Tomar) menciona ainda que, no âmbito dos protocolos institucionais firmados (de que trataremos noutro ponto), tem acesso a áreas de trabalho e equipamentos diversos aqui não considerados.

Para completar o panorama que é possível traçar dos recursos físicos, verifica-se que só seis associações têm viatura própria, sendo as mais favorecidas a Associação Cultural de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa (uma carrinha e um veículo todo-o-terreno), e a Associação de Defesa do Património de Mértola (proprietária de várias viaturas).

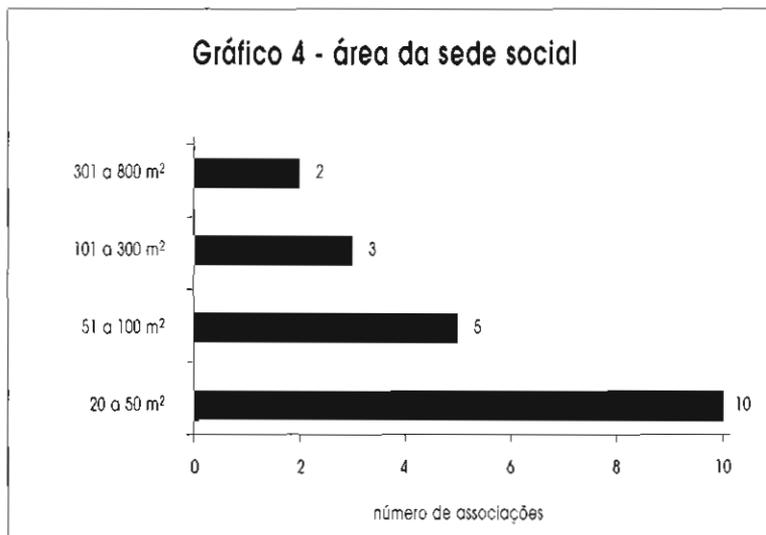
#### 4.5. Recursos técnicos

A pormenorização de alguns equipamentos e meios técnicos ao serviço das associações só nos foi fornecida em 33 casos. Nestes, podemos verificar que os mais correntes são o telefone (ainda assim, apenas instalado em 24 associações), o computador e o equipamento fotográfico (ambos com 22 registos). Seguem-se-lhes o fax, o gravador de som (15 presenças para ambos), o projector de slides (14) e, a maior distância, o equipamento de topografia (onze), a fotocopiadora (dez), a câmara de vídeo (oito), o respectivo leitor/gravador (sete) e o monitor de TV (cinco).

Só seis associações possuem modem e, destas, nem todas com endereço de correio electrónico ou outro acesso à Internet <sup>9</sup>.

Quase residuais são as presenças de equipamentos relacionados com a área da conservação e restauro, nomeadamente lupa binocular e balança de precisão (quatro cada), excitadores/autoclaves, motores de suspensão/brocas, estufas de secagem, conduti-

Gráfico 4 - área da sede social



vímetros (todos com dois registos) ou desmineralizadores (um caso isolado).

Atendendo à especificidade das actividades que desenvolvem, associações há que dispõem também de equipamentos adaptados à espeleologia ou a outras actividades desportivas, de ar livre ou subaquáticas.

#### 4.6. Recursos humanos

Do ponto de vista dos recursos humanos regularmente envolvidos nas actividades associativas, podemos analisar os dados relativos a 37 das estruturas inquiridas.

Assim, constata-se que apenas se detecta um (!) dirigente em regime de colaboração remunerada a tempo completo (no CAA, Almada) e quatro outros a tempo parcial (dois na mesma associação e igual número no Grupo de Arqueologia de Vila Fernando, em Évora). Outros colaboradores remunerados a tempo completo são 27 em nove associações (com destaque para o facto de onze deles estarem na Associação de Defesa do Património de Mértola) e 37 a tempo parcial (em onze associações, também aqui com dois casos a grande distância, envolvendo uma dezena de colaboradores cada um: na Arqueojovem, Tomar, e na Associação Cultural de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa).

A esmagadora maioria dos dirigentes associativos participa voluntariamente, isto é, de forma não remunerada, nas acções programadas, sendo essa a situação de 285 deles, repartidos por 35 associações. Outros colaboradores na mesma situação de voluntariado são 428, distribuídos por 26 associações.

Boa parte das respostas refere ainda o facto de, pontualmente, se desenvolverem iniciativas que motivam o empenhamento de maior número

<sup>9</sup> Contactáveis electronicamente encontramos o CAA (c.arqueo.alm@mail.telepac.pt), a Associação dos Espeleólogos de Sintra (náp56464@mail.telepac.pt) e a Arqueojovem (arqueojovem.tom@mail.telepac.pt). Esta última tem também um espaço reservado no Internet (www.terravista.pt/meco/1332/), tal como o GAAC (http://www.edinfot.pt/gaac).



património & associativismo

## CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA que espaço para a intervenção associativa na área do património?

**N**a sociedade dos nossos dias, não é mais possível manter as preocupações para com o Património ao nível da acção algo dileitante que a alguns era permitida há apenas algumas décadas atrás.

Em primeiro lugar, pela amplitude que o conceito vem adquirindo em resultado da dinâmica própria a um processo de "patrimonialização" que erige em valores identitários um cada vez maior número de contextos e artefactos; depois, porque a modernidade (ou "sobremodernidade", como Marc Augé tão bem definiu) vem implicando uma drástica alteração de escala nos modos de ocupação e transformação antrópica do espaço, que justifica a reivindicação de uma maior participação ao nível do planeamento e dos mecanismos de decisão, exige redobrado empenho na avaliação dos impactos daí resultantes e a máxima agilidade e capacidade de resposta sempre que se imponham medidas suspensivas ou correctivas.

A pressão demográfica suportada por determinadas zonas e a noção de que o "progresso" seria mensurável em toneladas de betão ou alcatrão, infelizmente tão cara a demasiados dos responsáveis por cargos públicos na administração central e local, implicam ainda um sólido suporte técnico-científico para posições que os mesmos responsáveis fácil e, tantas vezes, levemente rotulam de "fundamentalistas"; para além disso, é frequentemente necessária uma dimensão pedagógica que permita alargar a discussão destas questões a sectores da população directamente interessados — de facto, dos ninhos de cegonha aos vestígios arqueológicos, a intervenção na área do património terá de ser a resultante de uma importante concentração e transmissão de saberes específicos.

Nas vertentes do património construído ou do património arqueológico terá ainda de considerar-se que, quando associadas à investigação de campo ou à necessidade de identificar patologias e adoptar metodologias de tratamento, conservação e restauro de monumentos e sítios ou espólio móvel, estas devem obrigar-se ao respeito por opções justificáveis nos planos ético e deontológico e concretizar-se com o maior rigor e profissionalismo.

Todavia, esta imagem nem sempre se coaduna com a prática que nos é possível observar, quer numa administração pública onde imperam os vícios de um "funcionalismo" burocrático e, por detrás da inoperância, se esconde por vezes a incompetência, quer na acção desregrada de uma florescente iniciativa privada exclusivamente centrada na exploração de novos mercados e na produção de lucros fáceis e rápidos.

Salvaguardando as óbvias excepções a esta imagem quase caricatural, o panorama traçado parece, contudo, chamar a atenção para a vantagem da independência possível face

ao aparelho de Estado e aos mecanismos reguladores do mercado, deixando aberta a possibilidade de explorar uma outra via de co-responsabilização e intervenção cívica, supletiva ou complementar das anteriores — a via do associativismo.

A participação democrática dos cidadãos em grupos onde se associam de acordo com as suas preocupações e interesses específicos,

concentra nestes um enorme potencial de recursos humanos, correspondente a uma grande diversidade de formações académicas, experiências profissionais e sensibilidades pessoais. É esta conjugação de motivação e saber que permite às associações conciliar com vantagem dois termos aparentemente exclusivos, ou seja, uma prática simultaneamente "amadora", no mais puro sentido de quem ama e se empenha na prossecução de objectivos para além da simples obtenção de vantagens pessoais, prática essa que, no entanto, pode ser profundamente "profissional", isto é, respeitadora de normas de conduta ética e deontológica e dotada de capacidade de realização com os padrões de qualidade exigíveis, num profundo respeito pelo objecto da sua intervenção.

A inserção nas comunidades locais e a transversalidade da sua composição social permite ainda que as associações se constituam em veículos privilegiados para acções de animação e difusão pedagógica, informando e mobilizando a opinião pública em torno de questões que, assim, ultrapassam o âmbito restrito da discussão técnico-científica.

Contudo, as potencialidades deste tipo de movimento associativo são frequentemente menosprezadas, lançando-o num quotidiano de sobressaltos, fracamente apoiado e acarinhado, situação para a qual há que encontrar respostas.

Ora, do que atrás se escreveu, decorre que o posicionamento privilegiado das associações com intervenção na área do património pode, com vantagem, ser conciliado com a adequada rentabilização dos recursos humanos de que estas estruturas dispõem, colocando-as em excelentes condições para a prestação de serviços qualificados e desenvolvimento dos mais variados produtos culturais.

A conjugação do *saber-fazer* com o *querer-fazer-bem* inerente a quem gosta do que faz é, normalmente, garante de uma capacidade interventiva que se pode revelar um recurso específico importante, onde, por exemplo, as autarquias terão forma de suprir desajustamentos do seu quadro de pessoal face às novas necessidades da gestão, planeamento e intervenção no território (inventários, levantamentos, acções de salvamento e estudo, trabalhos de conservação e restauro, etc.), ou as populações encontrar resposta para o desejo de fruição de acções de animação, cursos, passeios e visitas de estudo, edições e materiais pedagógicos, etc.

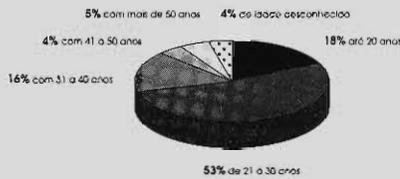


- Fundado em Novembro de 1972
- Associação de Utilidade Pública desde 1985
- Inscrito no Registo Nacional de Associações Juvenis
- Membro fundador do European FORUM of Heritage Associations e da Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular
- Membro de diversas outras instituições nacionais e estrangeiras

### Um diversificado conjunto de valências

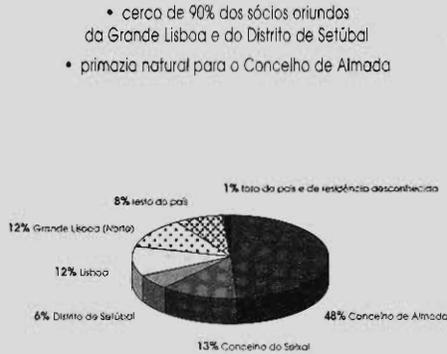
- investigação histórico-arqueológica
- defesa do património
- conservação e restauro
- produção de miniaturas, réplicas e materiais pedagógicos
- animação cultural
- formação
- apoio pedagógico
- actividade editorial
- centro de documentação de acesso livre

**uma associação jovem e participada...**



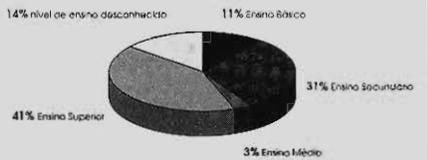
- 353 sócios (Setembro de 1997)
- praticamente o mesmo número de elementos masculinos e femininos
- cerca de 3/4 dos sócios com idades até 30 anos
- cerca de 20 sócios em actividade permanente

**... com implantação regional...**



- cerca de 90% dos sócios oriundos da Grande Lisboa e do Distrito de Setúbal
- primazia natural para o Concelho de Almada

**... para uma intervenção qualificada**



- quase 50% dos sócios licenciados ou com frequência do ensino superior
- peso significativo dos jovens estudantes do ensino secundário

Assim se poderá romper o círculo vicioso da "subsídio-dependência", gerando um autofinanciamento que suporte um crescimento sustentado, garanta a manutenção e reforço da estrutura associativa e, mantendo as características básicas de um movimento sem fins lucrativos, permita afectar recursos a projectos que a sua planificação interna considere importantes mas dificilmente se inserem no número das acções "subsidiáveis".

Sem implicar a demissão dos poderes públicos para com o apoio a iniciativas que se enquadrem no plano das suas competências e obrigações institucionais, esta via pode conferir às associações uma crescente e desejável independência de acção e uma reforçada capacidade reivindicativa, tantas vezes necessária para fazer inflectir posições altamente gravosas para o património e o conhecimento histórico regional e, até, nacional.

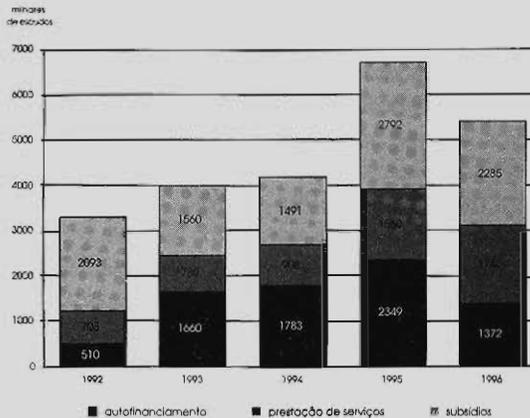
É precisamente este o caminho que o Centro de Arqueologia de Almada vem trilhando nos últimos anos, construindo gradualmente a sua própria viabilidade económica e constituindo-se em recurso regional já hoje utilizado por autarquias, museus e centros universitários, a quem presta serviços qualificados na área da arqueologia, património construído, conservação e restauro e museografia. A diversificação de uma linha de produção editorial e de miniaturas e réplicas de todo o tipo de materiais arqueológicos e paleontológicos permite-lhe ainda chegar a um público mais vasto, com particular incidência ao nível dos docentes e discentes dos vários graus de ensino.

Enquanto experiência colectiva de intervenção cívica e de produção, divulgação e dignificação de uma área do conhecimento que cremos indispensável à sociedade contemporânea, o quotidiano que há 25 anos vimos construindo em Almada sofre, como todos os outros, das suas alegrias e tristezas, terá as suas potencialidades e insuficiências; não será nem melhor nem pior do que as formas de afirmação por outros praticadas, noutros locais e contextos.

Deixa-nos, porém, uma agradável sensação — vivemos bem dentro da nossa pele!

Jorge Raposo

**uma associação em transformação...**



- um peso importante dos subsídios, onde avulta a participação do poder central
- um significativo crescimento do autofinanciamento associativo, como alternativa à excessiva "subsídio-dependência"
- a viragem para a prestação de serviços qualificados
- a adequação de um Plano de Actividades coerente aos recursos físicos, técnicos, humanos e financeiros disponíveis

Para informação complementar relativamente ao Centro de Arqueologia de Almada e às suas principais actividades, consultar:

"Arqueologia em Almada" (1994) — *Al-madan*. 3 (IIª Série): 121-123.

RAPOSO, Jorge (1997) — "Vinte e Cinco Anos de Arqueologia em Almada". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 37 (1-2): 262-266.

RAPOSO, Jorge (no prelo) — "Centro de Arqueologia de Almada: uma experiência de associativismo". *Actas dos Encontros Cem Anos de Arqueologia* (Vila do Conde e Barcelos, 14-16 Jun. 1996).

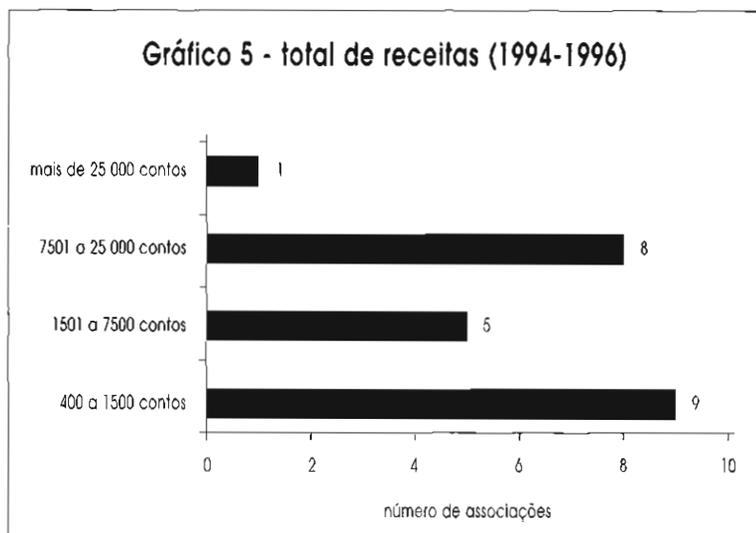
de sócios, bem como de elementos abrangidos por programas do Instituto Português da Juventude, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de autarquias, escolas, etc.

#### 4.7. Recursos Financeiros

Das 45 associações, pouco mais de metade (29 - 64%) fornecem dados relativos aos seus recursos financeiros, permitindo todavia verificar que, no último triénio, foram movimentadas receitas da ordem dos 252 998 milhares de escudos, 54 750 dos quais resultantes de autofinanciamento gerado pelas próprias associações (22%) e 198 248 (78%) de subsídios diversos.

A quase totalidade destas verbas (248 952 contos) concentra-se em 23 associações que apresentam dados para todos os anos do período considerado (1994 a 1996), pelo que é esse conjunto que analisaremos em pormenor. Assim, nove dessas instituições dispuseram de menos de 500 contos/ano (ver Gráfico 5), observando-se um único caso em que o total é superior a 25 000 contos (precisamente a Associação Cultural de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, a grande distância de todas as outras, com mais de 90 mil contos movimentados no triénio).

Gráfico 5 - total de receitas (1994-1996)



Procurando identificar a tendência dominante neste período, verificamos que, se o volume de receitas aumentou significativamente de 1994 para 1995, não variando grandemente no ano seguinte, tal resultou principalmente de um aumento de actividades subsidiadas, que passaram de cerca de 74% para 80-81% (ver Gráfico 6).

De facto, quando olhamos individualmente para cada uma das referidas 23 associações, constatamos que só seis criam mais de metade das suas fontes de financiamento, quatro encontram nos subsídios a origem de 50 a 75% das receitas e em 13 esse valor é ainda superior (cinco associações são subsidiadas a 100%).

Dispomos ainda de 18 registos que pormenorizam as entidades que fornecem esses subsídios e onde se comprova o grande peso do Poder Local: dez associações encontram aqui 75 a 100% do seu apoio (seis delas fazem o pleno), para cinco o valor oscila entre 25 e 75% e só em três outras esse empenhamento é inferior.

De facto, se olharmos as indicações qualitativas da totalidade dos registos, mesmo quando não especificam verbas, 36 associações referem o apoio das autarquias, a grande distância do IPJ (15), dos Governos Civis (12) ou do IPPAR (sete). O Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB) é citado quatro vezes e a extinta Junta Nacional de Investigação Científica, a Fundação Calouste Gulbenkian e as diferentes Regiões de Turismo três vezes cada.

Dezanove associações registam ainda o apoio de empresas e outras instituições, com destaque para a Associação Cultural de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) e a Associação de Defesa do Património de Mértola, que conseguiram organizar e ver aprovada a candidatura a fundos comunitários.

#### 4.8. Relações institucionais

Institucionalmente, 42 das 45 associações afirmam manter contactos regulares com autarquias e museus, 28 com universidades e institutos diversos, 32 com outras associações e 23 com um leque diversificado de instituições (empresas, fundações, dioceses, escolas, etc.). Mais de duas dezenas referem também a filiação em organismos regionais, nacionais e internacionais, sendo de destacar a situação da ARQA (Amadora), que funciona como Secção Portuguesa da Sociedade Internacional de Molinologia, dedicada ao levantamento e inventário de diversas regiões moageiras.

No âmbito dos protocolos formais encontramos 28 situações, podendo destacar-se também aqui a situação da Amadora, onde a associação e a Câmara Municipal mantêm, desde 1995, um protocolo para a preservação e valorização do património arqueológico do município (ver texto "ARQA - um projecto em construção").

A EAM (Nelas), estabeleceu com a Câmara Municipal de Fornos de Algodres um protocolo que conduziu à formação de um Gabinete semelhante, sendo ainda várias as associações que possuem acordos com autarquias, no âmbito do apoio à investigação arqueológica.

lógica: o CAA (com o Seixal, desde 1991 e Almada, firmado no corrente ano); a Associação Cultural de Cascais e a Associação de Defesa do Património de Mértola (com os municípios de Cascais e Mértola, respectivamente); o CEPBA, com Viseu, Oliveira de Frades e Tondela.

Merece também referência a estreita colaboração entre a Arqueojovem (Tomar) e o Laboratório de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar (protocolo ratificado pelo Ministério da Educação), bem como as relações que esta associação mantém com o CIPHAR - Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo (envolvendo apoio da União Europeia).

### 5. Resumo e comentário crítico

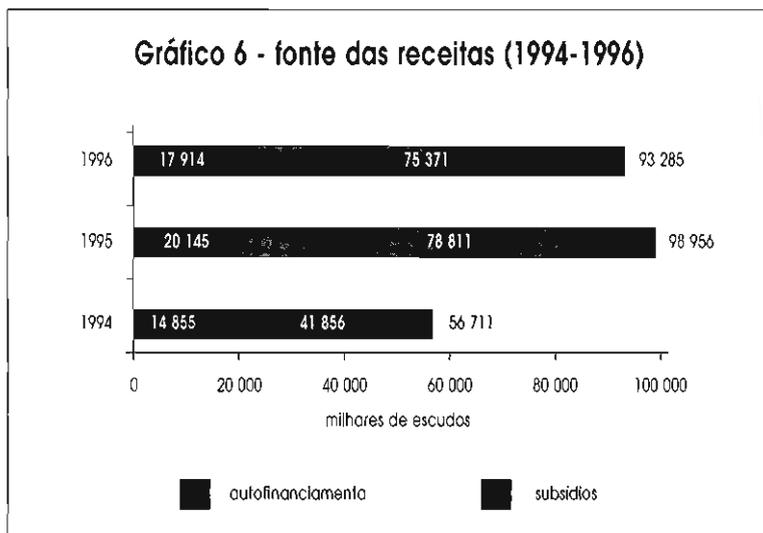
Sintetizando o que atrás ficou escrito, recordamos ter partido de um conjunto de 142 associações para analisar as respostas de um grupo de 45, distribuídas por praticamente todo o território nacional.

Na sua maioria, são estruturas criadas nas décadas de 80 e 90, com áreas de intervenção que vão de um sítio ou monumento específico, à freguesia, a um ou mais concelhos ou a regiões bem mais vastas. Como preocupação genérica têm o património construído, quase sempre em paralelo com a vertente arqueológica e ambiental, movimentando perto de 8000 sócios em grupos que, em mais de metade dos casos, não ultrapassam as 250 unidades.

Num universo de respostas menor (cerca de 6500 indivíduos), a presença masculina é dominante e, em termos etários, para um volume de informação inferior (relativo a aproximadamente 5500 sócios), destaca-se um ligeiro predomínio do escalão dos 21 a 30 anos (dez das associações inquiridas estão inscritas no Registo Nacional das Associações Juvenis), mas com presenças significativas de elementos até aos 50 anos.

Associando-se principalmente por auto-proposta, sem limitações de natureza académica ou profissional, cerca de um terço destes sócios não vê, sequer, inconveniente no afastamento geográfico da sede da associação a que se liga (por residir noutro ponto do país ou mesmo fora dele), levando a que o seu interesse permita concentrar nestas estruturas um significativo potencial de experiências e recursos nas mais variadas áreas do saber técnico e científico (daí 12 das associações contarem já com o estatuto de Utilidade Pública, correndo o processo de classificação em duas outras).

Aberto ao envolvimento dos cidadãos, o movimento associativo não coloca, também, obstáculos significativos de acesso à participação nos actos eleitorais com que regularmente selecciona os seus órgãos sociais.



Prioritariamente viradas para a identificação de elementos patrimoniais e para a sensibilização pública da importância a estes atribuível, mais de metade das associações inquiridas apoia ou promove prospecções ou escavações arqueológicas, com um amplo leque de acções concretizadas nos últimos três anos, no plano da preparação e edição de cartas arqueológicas concelhias, do desenvolvimento de projectos de investigação laboratorial e de campo, de trabalhos de limpeza, conservação e/ou restauro, da organização de reuniões científicas, da edição de periódicos e monografias, etc.

Ao nível dos recursos que permitem a materialização destas actividades, verifica-se que mais de dois terços das associações funcionam em pequenos espaços de 20 a 50m<sup>2</sup>, essencialmente com funções administrativas, de biblioteca e arquivo, assumindo as valências técnicas um carácter quase residual.

Muito raros são recursos físicos como viatura própria, enquanto, ao nível dos equipamentos, perto de um quarto das 33 associações que fornece dados não tem, sequer, telefone instalado. Se se registam alguns meios informáticos, é desoladoramente baixo o número de instituições que os utilizam como veículo de comunicação expedita, quer ao nível do correio electrónico, quer em outras utilizações da Internet.

Pela amostra que obtivemos de 37 associações, os dirigentes remunerados são apenas cinco (e só um a tempo completo!), apoiados por pouco mais de seis dezenas de colaboradores nas mesmas circunstâncias (27 a tempo completo e 37 a tempo parcial). A componente de voluntariado é, assim, fundamental, envolvendo regularmente mais de 700 associados (285 deles dirigentes), pontualmente reforçados por jovens e outros elementos interessados em iniciativas específicas ou abrangidos por programas do IPJ,

CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO		DATA DE FUNDAÇÃO	ESTATUTOS APROVADOS	ESTATUTOS PUBLICADOS (ano)	ASSOCIAÇÃO INSCRITA NO RNAJ	ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA	ÂMBITO TEMÁTICO				ÓRGÃOS SOCIAIS					
CONCELHO (DISTRITO)	ASSOCIAÇÃO						PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO	PATRIMÓNIO NATURAL	OUTRO	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	DIRECÇÃO	CONSELHO FISCAL	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL DE ELEMENTOS	ANOS DE MANDATO
Alcobaça (Leiria)	Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça (ADEPA)	1977	x	1977			x	x	x	x	3	7	3	13	3	
Alcoulim (Toro)	Alconce - Associação para Desenvolvimento do Concelho de Alcoulim	1990	x	1990			x	x	x	x	3	5	3	11	3	
Aljezur (Faro)	Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur	1996	x	1996			x	x								
Almada (Setúbal)	Centro de Arqueologia de Almada	1972	x	1977	x	x	x	x	x		3	3	3	9	2	
Almeirim (Santarém)	Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim	1981	x	1981			x	x	x	x	3	5	3	11	2	
Alvalázeze (Leiria)	Al-Baláz - Associação de Defesa do Património	1997					x	x	x		3	5	3	11		
Amadora (Lisboa)	ARQA - Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora	1988	x	1988			x	x			3	3	3	9	1	
Arruda das Vinhas (Lisboa)	ARPA - Associação para a Recuperação do Património de Arruda	1997	x	1997			x	x	x	x	3	5	3	11	2	
Baiçelos (Bragança)	GEN - Grupo de Estudos Históricos do Vale do Neiva	1971					x	x							3	
Barcelos (Braga)	Grupo de Reserva do Património, Cultura e Tradição	1994					x	x	x	x	3	5	3	11	3	
Barcelos (Viana do Castelo)	A Mé - Associação do Vale do Neiva	1997						x						0		
Beja (Beja)	Pedra Angular - Associação dos Amigos dos Monumentos, Obras de Arte e Museus do Bispado de Beja	1995	x	1996	x		x	x	x		3	5	3	11	3	
Bragança (Bragança)	Forum Nonestis	1990	x	1991				x	x		3	5	3	11		
Cartaxo (Santarém)	Pulzar - Associação Animação Cultural	1996					x	x	x		-	-	-		2	
Cascais (Lisboa)	Associação Cultural de Cascais	1988	x	1988			x	x	x	x	3	5	3	11	3	
Castelo de Paiva (Aveiro)	ADEP - Associação de Estudo Defesa do Património Histórico-Cultural	1980	x				x	x	x	x	-	-	-		3	
Chaves (Vila Real)	Corrente - Associação de Amigos do Rio Tâmega	1993	x	1993				x	x		5	5	3	13		
Coimbra (Coimbra)	GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Cantão	1978	x	1978	x	x	x	x	x		3	9	4	16		
Cordeiro (Santarém)	Escola - Associação de Jovens para a Preservação Cultural e Arqueológica de Montalvo	1996	x	1996			x				3	5	3	11		
Coruche (Santarém)	Associação de Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Coruche	1986	x	1987			x	x	x	x	6	5	5	16		
Elvas (Beja)	Grupo de Arqueologia de Vila Fernando		x		x		x	x	x	x	3	1	3	9	1	
Lagim (Faro)	Centro de Estudos Marítimos e Arqueológicos de Lagos	1979	x	1979			x	x	x		4	7	3	14	2	
Lisboa (Lisboa)	Associação Amigos de Marçalheira	1994						x			-	-	-		2	
Mértola (Beja)	Associação de Defesa do Património de Mértola	1980	x	1980	x		x	x			-	-	-		2	
Nelas (Viseu)	Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego - EAM	1992	x	1994			x				3	3	3	9	2	
Penacova (Coimbra)	Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão	1983	x	1984			x	x			3	9	3	15	3	
Pesoa da Régua (Vila Rica)	Associação Cultural do Alto Douro	1981	x	1981	x		x	x	x	x	3	3	3	9	3	
Pombal (Leiria)	Grupo de Arqueologia e Espeleologia de Pombal	1981	x	1981	x		x	x	x		3	5	3	11		
Póvoa de Lanhoso (Bragança)	Adeso Lanhoso - Associação de Desenvolvimento Regional do Póvoa de Lanhoso	1994						x	x		-	-	-		3	
Silves (Faro)	Associação para Divulgação Cultural e Preservação do Património Histórico de Muge - In Muge	1993	x	1995			x	x	x		3	5	3	11	4	
Santa Maria da Feira (Aveiro)	Comissão de Defesa do Património e Acção Cultural	1983			x		x	x			5	3		8	2	
Santa Maria da Feira (Aveiro)	Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira	1999	x	1982	x	x	x				3	7	3	38	51	
Sines (Setúbal)	Centro Cultural Emerico Nunes - CEN	1990	x	1991			x	x	x	x	3	5	3	11	2	
Sintro (Lisboa)	Associação de Defesa do Património de Sintro	1981			x		x	x			3	7	4	14		
Sintro (Lisboa)	Associação dos Espeleólogos de Sintro	1975	x	1977			x		x	x	5	5		11	2	
Tavira (Faro)	ADEPTA - Associação de Defesa e Estudo do Património de Tavira-Algarve	1983					x	x	x		-	-	-		3	
Tomar (Santarém)	Arqueovim - Associação para a Preservação do Património Cultural e Natural	1991	x	1991	x		x	x	x		3	5	3	11	3	
Tomar (Santarém)	Centro de Estudos e Protecção do Património do Região de Tomar	1977	x	1977			x	x	x		-	5	-			
Velas (Açores)	Associação Juventude em Defesa do Património Histórico-Cultural e Natural de S. Jorge	1991	x	1991			x	x	x		3	5	3	11	2	
Viana do Castelo (Viana do Castelo)	Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Alfife	1980					x	x	x		3	3	3	9	1	
Vila Nova da Barquinha (Santarém)	Associação Histórico-Cultural do Concelho de Vila Nova da Barquinha	1987	x	1987			x	x	x		3	5	3	11	2	
Vila Nova de Foz Côa (Guarda)	Associação Cultural Desportiva Recreativa de Freixo de Numão	1980	x	1980	x	x	x	x	x		3	23	3	29	1	
Vila Nova de Gaia (Porto)	Associação dos Amigos de Arnala	1991	x	1994	x	x	x	x	x	x	3	5	4	12	2	
Vila Velha de Ródão (Castelo Branco)	NBA - Associação de Estudos do Alto Tejo	1972	x	1986	x		x	x	x		3			3	2	
Viseu (Viseu)	Centro de Estudos Pré-Históricos do Baixo Tejo (CEPBA)	1991	x	1991			x	x			3	5	3	11	3	
NÚMERO DE RESPOSTAS		44	34	32	10	12	36	41	35	14	40	42	40	4	34	
SOMA															445	
PERCENTAGEM																







IEFP, autarquias, escolas, etc. Embora esperado, não passa despercebido o facto deste peso esmagador do voluntariado ao nível dos dirigentes e colaboradores associativos se verificar mesmo em associações que gerem recursos e um património algo volumoso, o que certamente implicará um grande empenhamento e a gestão criativa dos “tempos livres” dos elementos que a essas tarefas se dedicam (a vulgar “carolice”).

Pouco mais de metade das associações (23) fornece dados sobre as receitas do último triénio, as quais, no seu conjunto, mal passaram dos 250 mil contos, desigualmente distribuídos, com muitas instituições no escalão das que não chegaram a contar com 500 contos/ano. A percentagem de autofinanciamento é realtivamente baixa, dependendo muitas associações em grande parte, quando não exclusivamente, de subsídios. Neste aspecto, revela-se muito significativo o empenhamento do poder local, a grande distância de alguns institutos ligados à administração central. A capacidade organizativa e o conhecimento dos *dosiers* que permitiu a candidatura de algumas associações a programas comunitários reflecte-se também, de forma sensível, nos recursos financeiros disponíveis.

Mantendo constante relacionamento institucional entre si e com diversas outras entidades, o movimento associativo analisado tem ainda firmados protocolos que permitiram incentivar a investigação arqueológica em vários concelhos, conduziram à organização de gabinetes municipais de arqueologia, ao desenvolvimento de projectos europeus, etc.

Apresentados e sumariamente apreciados os dados, que valor lhes atribuir?

Em primeiro lugar, deve referir-se que o processo de fixação do universo a inquirir, em grande parte assente na informação prestada pelas câmaras municipais, deixou certamente de fora realidades que teria sido importante considerar, o que aconteceu por falta de resposta das autarquias (ainda assim, reduzida ao mínimo possível, dado que mais de 80% participaram neste processo), pela desactualização ou pelo desconhecimento que os seus serviços eventualmente tenham revelado da zona em que incide a sua jurisdição. Os critérios de triagem e selecção das associações a manter e a excluir do quadro da pesquisa são também discutíveis, embora se tenham revelado indispensáveis à manutenção da lógica subjacente a um projecto que se queria centrado nas vertentes do património construído e/ou arqueológico.

Por outro lado, o âmbito temático do inquérito revelou-se bastante ambicioso face à capacidade de resposta de muitas associações. Talvez esteja aqui a principal razão para o relativamente reduzido número de participações e, mesmo nestas, para a desigualdade no preenchimento dos diversos indicadores, com evidentes reflexos na diferente fiabilidade dos resultados parcelares. A esta falta de capacidade organizativa (muitas associações reconheceram, aqui e ali, não terem meios de coligir a informação solicitada), somar-se-ão casos pontuais de desadequação das actividades ao inquérito proposto, desinteresse e desmotivação, bem como outros de um incompreensível secretismo, patente na recusa ocasional de fornecimento de dados que, quem sabe?, poderiam contrariar imagens de pretenso dinamismo.

Obviamente, exigia-se uma grande dose de honestidade e abertura para responder a um inquérito tão amplo como o que desencadeámos e que poderia confirmar potencialidades, mas também tornar visíveis certas fragilidades. Mas era exactamente isso que se pretendia e, felizmente, apesar da diversidade de situações, cremos que o desafio foi seriamente enfrentado por um conjunto significativo de associações, permitindo reunir um volume de informação que, até pela sua distribuição nacional, se constitui em amostragem representativa da enorme capacidade de iniciativa de um movimento de intervenção cívica que desempenha um papel social importante e, por isso, merece um enquadramento com outros meios e dignidade.

Mas, para tal, todos os que, com maior ou menor empatia, se envolvem neste processo, terão que descobrir e trilhar os seus próprios caminhos, esperando-se que o presente trabalho possa contribuir para uma reflexão estratégica em torno da organização e desenvolvimento do movimento associativo na área do património e constituir-se em matéria de debate e produção crítica para dirigentes e outros interessados nesta temática.

### PUBLICIDADE

Design CAA / Vera Almeida - 1997

# al-madan

500

● REVISTA DE PERIODICIDADE ANUAL, COM CERCA DE 200 PÁGINAS ILUSTRADAS EM

FORMATO A4, DEDICADA ÀS TEMÁTICAS DA ARQUEOLOGIA, PATRIMÓNIO E HISTÓRIA LOCAL. ●

● DISTRIBUÍDA NO CIRCUITO COMERCIAL, OFERECE CONDIÇÕES DE ASSINATURA MUITO

FAVORÁVEIS E PROPÕE-SE ESTABELECE PERMUTA COM PUBLICAÇÕES CONGÉNERES. ●

## ASSINE JÁ! PERMUTE!

PRODUÇÕES CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA  
boletim de encomenda nas páginas interiores!

